

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Rui Samarcos Lóra

**A influência dos partidos políticos de Israel no conflito do
Oriente Médio**

Brasília – DF

19 de novembro de 2004

Rui Samarcos Lóra

**A influência dos partidos políticos de Israel no conflito do
Oriente Médio**

Monografia apresentada à Banca de
Relações Internacionais da Faculdade de
Ciências Sociais e Jurídicas do Centro
Universitário de Brasília como requisito
parcial para a conclusão do curso de
bacharelado em Relações Internacionais.

Professora Orientadora: Raquel Boing Marinucci

Brasília – DF

19 de novembro de 2004

Rui Samarcos Lóra

**A influência dos partidos políticos de Israel no conflito do
Oriente Médio**

Banca Examinadora:

Prof^a. Raquel Boing Marinucci
(Orientadora)

Prof. Marco Antonio de Meneses
(Membro)

Prof. Cláudio Tadeu Fernandes
(Membro)

Brasília – DF

19 de novembro de 2004

Para

Maria e Rui Lóra

Tereza e Pedro Lóra e

Helly e Wilson Samarcos, Z"l (in memoriam)

Agradecimentos

Quero agradecer em especial a Márcio Taschetto Porto, meu grande amigo, por auxiliar-me em momentos de grande dificuldade e apoiar-me nas tomadas de decisões mais difíceis de meu trabalho.

Estendo meu agradecimento à Professora Raquel Boing Marinucci e sua família que me acolheu em sua casa para orientar-me nesta árdua pesquisa. Sua visão crítica, suas sugestões e modificações contribuíram de maneira decisiva durante toda a trajetória de minha pesquisa.

Agradeço ao Professor Alessandro Warley Candeas que durante estes anos acompanhou minha pesquisa e me inspirou a escrever sobre um tema tão polêmico. Aprendi muito com seus ensinamentos e sou grato por todo o apoio e atenção que ele dedicou a mim no período de elaboração deste trabalho.

Agradeço, ainda, ao Professor Marco Antonio de Meneses, que muito me auxiliou na conceituação e definição de termos e palavras chaves que sem eles tornaria impossível a realização do mesmo.

Ao Ministro Luiz Fernando de Athayde que muito contribuiu para minha vida profissional e acadêmica, ensinando, à medida do possível, como as Relações Internacionais funcionam na prática.

Aos amigos da Sinagoga Beit Israel, principalmente ao Rabino e Professor Evilásio Araújo que sempre demonstrou muito interesse por meu trabalho e se dispôs a me ajudar sempre que necessário.

É impossível não mencionar o apoio e a ajuda que recebi de minha família e de meus amigos, sempre fui apoiado e auxiliado por pessoas maravilhosas que cruzaram meu caminho.

Acima de tudo, agradeço ao Eterno por permitir-me explorar e trabalhar sob um tema de profunda complexidade e a força para suportar o cansaço e as frustrações encontradas durante a elaboração desta pesquisa.

A todos o meu reconhecimento.

Sumário

Resumo	i
Abstract	ii
Introdução	1
Capítulo 1 - O nacionalismo e o processo decisório na democracia israelense .3	
1.1 - O nacionalismo e a identidade nacional e religiosa de Israel	3
1.2 - Israel: uma democracia no Oriente Médio	8
1.3 - A importância dos partidos políticos e sua influência no processo decisório.....	13
Capítulo 2 - A Política em Israel e os principais acontecimentos da política externa israelense na década de 80 e 90	17
2.1 - A Origem do Sistema Multipartidário de Israel	17
2.2 - Os partidos de Israel.....	19
2.2.1 - O Likud e o Herut	20
2.2.2 - O Alinhamento Trabalhista.....	23
2.3 - O sistema eleitoral de Israel.....	26
2.4 - A política israelense do 10º ao 15º <i>knesset</i>	28
2.4.1 - O 10º <i>Knesset</i> (1981-1984).....	29
2.4.2 - O 11º <i>Knesset</i> (1984-1988).....	31
2.4.3 - O 12º <i>Knesset</i> (1988-1992)	32
2.4.4 - O 13º <i>Knesset</i> (1992-1996).....	34
2.4.5 - O 14º <i>Knesset</i> (1996-1999).....	35
2.4.6 – O 15º <i>Knesset</i> (1999-2003).....	37
Capítulo 3 - O posicionamento dos partidos israelenses frente aos acontecimentos externos (anos 80 e 90)	40
3.1 – O fim da era trabalhista e a Operação Paz na Galiléia (1982)	40
3.2 - A Primeira Intifada (1987)	42
3.3 - A Conferência de Madri e as suas conseqüências para as negociações do processo de paz no Oriente Médio (1991-1994).....	45
3.4 – Os avanços da paz com os acordos de Oslo e suas falhas (1992-1993).....	48
3.5 – Tratado de paz com a Jordânia e o assassinato de Rabin (1994-1995).....	52
3.6 – O Protocolo de Hebron e o Memorando de Wye River (1997-1998).....	54
3.7 - O retorno dos trabalhistas, o fracasso de Camp David e a segunda intifada.....	59
3.8 - Considerações finais: O ano 2000 e as novas diretrizes da política israelense.	63
Conclusão	67
Referências Bibliográficas	69
Anexos	74

Resumo

SAMARCOS LORA, Rui. *A influência dos partidos políticos de Israel no conflito do Oriente Médio*. Centro Universitário de Brasília. Professora: Raquel Boing Marinucci. 19 de novembro de 2004.

O objetivo geral deste estudo é demonstrar como os partidos políticos de Israel condicionam a política externa do país, principalmente com referência às questões relacionadas aos conflitos do Oriente Médio. Por sua vez, o objetivo específico é o de analisar o plano de paz como decorrência das decisões partidárias tomadas ao longo das décadas de 1980 e 1990, a fim de possibilitar e verificar a participação dos partidos políticos no referido período. Enfocam-se, em um segundo momento, as questões referentes às diferentes comunidades e culturas presentes em Israel, que exercem influência significativa na escolha do partido que conduzirá o governo. Conclui-se com a análise do debate sobre os partidos, esclarecendo as posições dos principais partidos e avaliando as propostas, bem como sua participação uma vez no poder.

Abstract

SAMARCOS LORA, Rui. *The influence of Israel's Political Parties in the Middle-East Conflict*. Centro Universitário de Brasília. Professor: Raquel Boing Marinucci. November 19th, 2004.

The general objective of this study is to demonstrate how Israel's political parties influence the Israeli foreign policy, regarding the middle-east conflicts. The specific objective is to analyze the peace plan as a consequence of the partidary decisions taken during the '80s and the '90s, so as to verify the participation of the Israeli political parties in that period. In a second moment, the different communities and cultures that are present in Israel are also analyzed, since they exert a significant influence in the selection of the party that will lead the Israeli government. This study is concluded with an analysis of the debates concerning the Israeli parties, clarifying the positions of the main parties, and evaluating their proposals, as well as their participation once in power.

Introdução

O objetivo deste trabalho é verificar em que medida a política externa de Israel depende tanto de eventos externos quanto da dinâmica interna de poder. A paz depende do consenso interno entre os partidos políticos de Israel e da dinâmica institucional e social do povo palestino. À medida que as tensões se intensificam, os israelenses utilizam outros meios para manter a situação sob controle, ou seja, optam por uma polaridade que se baseia na escolha entre um governo voltado para a negociação política e outro decidido a manter a segurança através dos meios militares. Sendo assim, cabe dizer que a política externa depende do jogo interno de poder.

Israel é um país novo, por ter sido criado em 1948, e antigo por ser o berço das três maiores religiões do mundo. É pequeno em tamanho, mas dotado politicamente de 12 partidos políticos, que variam desde partidos árabes até partidos ultra-ortodoxos judaicos. Analisar a influência dos partidos políticos de Israel no conflito do Oriente Médio é fundamental porque a história da política israelense faz parte de todo o processo histórico da criação do Estado de Israel. O problema desta pesquisa concentrar-se-á em analisar o plano de paz como decorrência das divergências político-partidárias internas nos anos de 80 e 90 (10^o ao 15^o *Knesset*), tendo em vista que foi neste período que ocorreram as principais transições do governo israelense.

Para elucidar de maneira teórica este trabalho, serão utilizados conceitos de democracia, nacionalismo, partidos políticos e processo decisório, com vistas a demonstrar a influência da política interna sobre a formulação e a implementação da política externa do Estado de Israel. Sendo assim, faz-se necessário traçar um paralelo entre a atuação interna dos partidos políticos e a diretriz da política externa israelense.

Empiricamente, pode-se verificar, por exemplo, que as administrações do partido trabalhista resultaram em políticas externas mais abertas ao processo de paz, e as do Likud e de partidos religiosos, em políticas mais fechadas.

Para conduzir a pesquisa de maneira que possa responder às questões sobre o assunto, será apresentada uma tipologia do programa dos partidos políticos à medida que for apresentada a participação dos mesmos no governo correspondente, isto é, será realizada uma avaliação do perfil ideológico (esquerda-direita),

juntamente como uma tipologia prática dos partidos, uma vez no poder como agiram, se foram coerentes com os programas ou pragmáticos.

A preocupação com a influência dos partidos políticos israelenses no Oriente Médio é uma realidade presente na política mundial atual e, principalmente nas relações internacionais. Os conflitos no Oriente Médio são cada vez mais impetuosos e atingem maiores proporções. A criação de um Estado palestino está tão perto quanto distante. Todos os dias novas negociações são feitas e destruídas por ataques terroristas e pela imprudência de governantes.

Por esta razão, há de se preocupar com a origem dos conflitos, com as ações movidas pelos políticos, militantes da causa, e em geral pela insatisfação da comunidade local e mundial com o conflito, demonstrando que a política interna (partidos políticos) exerce grande influência no cenário mundial.

Nessas condições, é necessário avaliar as diferentes posições, em especial dos partidos políticos, formados por israelenses e árabes, posto que a condução da política interna afeta a postura política internacional adotada. Além disso, faz-se necessário saber quais são as políticas adotadas para conter os problemas entre ambos.

Com isso, dividimos esta monografia da seguinte forma:

No primeiro capítulo, faz-se uma apresentação dos conceitos de democracia, nacionalismo, processo decisório e partido político, focando especialmente os aspectos sociais, políticos e culturais do Estado de Israel, principalmente no que tange as diferentes comunidades existentes na região.

Posteriormente, apresentam-se as questões que envolvem a política de Israel, tanto da forma organizacional como histórica, relatando os acontecimentos históricos ocorridos durante os parlamentos que marcaram as décadas de 80 e 90, a fim de possibilitar uma análise do processo da paz e dos conflitos perpetuados nas referidas décadas.

Por fim, apresenta-se um perfil ideológico dos dois principais partidos: o Likud e o trabalhista, mostrando a atuação dos dois no período proposto para estudo e verifica-se que a política interna de Israel condiciona a política externa por meio dos partidos políticos.

Capítulo 1 - O nacionalismo e o processo decisório na democracia israelense

Para melhor entender a política de Israel e a influência dos partidos políticos israelenses nas decisões internacionais do Estado, é mister explorar o conceito de nacionalismo, bem como as origens do nacionalismo judaico, que muito contribuiu para engendrar e observar de maneira teórica a participação política de Israel no Oriente Médio entre os anos 80 e 90. Ademais, para alterar o cenário político de Israel no mencionado período, cabe lembrar a importância de Israel naquela região, uma vez que “O Estado de Israel é a única democracia do Oriente Médio em funcionamento, desde sua fundação, em 1948” (ARAÚJO, 2004, p.165). Por esta razão, faz-se necessário, igualmente, analisar as definições e fundamentações dos conceitos de democracia, que muito interessa para o cabedal de informações sobre o processo de paz no Oriente Médio.

Registra-se, ainda, a necessidade de apreciar a tomada de decisões dos partidos políticos de Israel que condiciona, à medida do possível, a política externa israelense (MAGNOLI, 2000, p.175), sendo inevitável deixar de ser explorada com os conceitos e fundamentos do processo decisório e adicionalmente a teoria dos partidos.

Sendo assim, este capítulo visa demonstrar e destacar as correntes teóricas que sustentam e corroboram, de certa maneira, a idéia de que a política interna condiciona determinados fatores da política externa.

1.1 – O nacionalismo e a identidade nacional e religiosa de Israel

Em Israel, nota-se a existência de conflitos entre a identidade nacional e a identidade religiosa. O que acontece é o direcionamento da identidade nacional definido pela identidade religiosa. A forte ligação do povo judeu com a Torá¹ cria uma dificuldade, por parte dos judeus ultra-ortodoxos, antinacionalistas, em reconhecer o Estado de Israel como algo embasado nos princípios democráticos da política, delegando total autoridade a Torá, o que os levam a afirmar que “o

¹ A tradução para Torá é Lei, mas neste caso, a palavra se refere aos cinco primeiros livros do Antigo Testamento, toda a lei judaica.

nacionalismo não tem sentido se não surge pelas leis da Torá”², por esta razão, ARAÚJO destaca que:

“Com efeito, na condição de Estado Político erigido sob enfoques proféticos, Israel não pode ser analisado como qualquer outro país, posto que o conteúdo messiânico de sua história, de seu presente e de seu futuro delinea não apenas sua existência, mas a própria alma nacional” (2004, p. 165)

Porém, os demais judeus residentes em Israel - convém lembrar que são a maioria – não compartilham do fundamentalismo judaico radicado nos judeus *charedim*³, sendo necessário, ainda, mencionar que como outras religiões, o judaísmo possui outros segmentos, dessa forma, fica perceptível os diferentes níveis de nacionalismo presentes em Israel.

Uma vez feita menção à distinção social da camada populacional israelense, é mister destacar as definições de nacionalismo estudadas ao longo desse trabalho.

Para HOBBSAWM o nacionalismo sofreu uma espécie de mutação ao longo dos anos, pois surgiu como um movimento relacionado ao liberalismo, embasado na necessidade de uma comunidade religiosa, étnica ou cultural, e transformou-se em um movimento chauvinista, imperialista e xenófobo da direita radical, que passa a ser um regime autoritário, como por exemplo, o movimento fascista durante o período da Segunda Guerra Mundial (1990, p.144).

Dentre as diversas formas de nacionalismo existentes, cabe salientar especificamente, neste trabalho, os modelos de nacionalismo que contribuíram para a construção do Estado de Israel e das ideologias partidárias, a saber: religião, linguagem, costumes e tradições. Assim, com o aparecimento do movimento sionista, que será abordado adiante, fica claro perceber a relação do nacionalismo com a identidade nacional judaica.

Com isso, é fundamental mencionar que, à medida que os partidos políticos de Israel foram surgindo, muitos com origem relacionadas aos *kibutz*, suas ideologias passavam a ser determinadas pelo movimento sionista e pelas tradições religiosas judaicas, o que revelou o nacionalismo e que *a priori* excluía os outros

² YEHOASHUA, Abraham B. *Identidade Nacional em Israel*. Revista Espaço Acadêmico. Nº 38, de julho de 2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/038/38ip_yehoshua.htm>. Acesso em: 01/09/04.

³ Denominação dada aos judeus ultra-ortodoxos.

cidadãos que habitavam aquela região, no caso, os palestinos, de religião muçulmana. Nessas circunstâncias, vale lembrar de pronunciamento do político canadense Sir. Wilfrid Laurier, que sobre situação política similar, em 1987, o Canadá enfrentava:

“Vocês desejam organizar todos os católicos em um partido, sem qualquer outro laço, sem qualquer outra base que a religião, mas vocês já pensaram que precisamente em virtude disso estarão organizando a população protestante como um partido único, e que então, em lugar da paz e harmonia atualmente existentes entre os diferentes elementos da população canadense, abrirão as portas para a guerra, uma guerra religiosa, a mais terrível de todas as guerras?”(CRICK, 1975, p.56).

Para BOBBIO, o nacionalismo se sobrepõe às ideologias dos partidos, ou seja, cria um movimento político que reúne as idéias de independência e unidade - o movimento nacionalista - que acredita ser o único capaz de representar com responsabilidade os interesses nacionais. Sob esta perspectiva é importante destacar que o movimento nacionalista tem duas esferas: uma interna e a outra internacional. Com relação à esfera interna, pode-se dizer que o movimento nacionalista esforça-se pela busca da igualdade política, isto é, todos os indivíduos gozam dos mesmos direitos democráticos, sendo assim, passam a ter competência e responsabilidade para direcionar a política do Estado. Já na esfera internacional, o movimento nacionalista prioriza pelo princípio da autodeterminação dos povos, que fundamenta a política exterior baseada na vontade popular (BOBBIO, 1981, p 799). No caso de Israel, isso pode ser demonstrado, tanto na esfera nacional, como na esfera internacional, pelo movimento sionista.

Segundo NEUBERGER, a palavra “sionismo” vem do termo bíblico *Sion*, que é usado como sinônimo de Jerusalém e da Terra de Israel, explanando a profunda ligação dos judeus de todo o mundo com o Estado de Israel que tem sua remota origem há cerca de 2.500 anos atrás com o exílio dos judeus na Babilônia. Posteriormente surge o sionismo político consolidado no século XIX que adaptou a antiga idéia do retorno a Israel (1995, p.03). Para PINSKY, o movimento sionista apareceu como resultado das contradições do capitalismo russo que fragmentava as

bases do Antigo Regime, o que gerava a modernidade para os judeus, iniciada com a emancipação, e caracterizada pelo nacionalismo⁴ (1997, p.144).

Outro aspecto importante a ser destacado é o fato da necessidade da emancipação da igualdade nacional, pois era impossível conseguir a independência pessoal, uma vez que ela dependia da liberdade nacional, assim, a solução foi o estabelecimento de um Estado nacional judeu com uma maioria judaica estabelecida, concretizando o ideal de autodeterminação dos povos como mencionado anteriormente (NEUBERGER, 1995, p. 09). Isto demonstra o quanto o nacionalismo judaico está mais relacionado a fatores políticos do que culturais. Fato este que pode ser demonstrado pelos escritos do professor NEUBERGER:

“Embora o sionismo fosse basicamente um movimento político cujo objetivo era o retorno ao lar nacional judaico e a obtenção da liberdade, independência e segurança para o povo judeu em seu estado nacional, ele também promoveu a reafirmação da cultura judaica”(1995, p.10).

Nessas circunstâncias, pode-se dizer que Israel foi criado pelo intenso nacionalismo, expressado pelos partidos políticos e pela vontade do povo judeu em “reunir os exilados”, porém, nunca conseguiu viver harmoniosamente com seus vizinhos árabes. O cenário estigmatizado por conflitos diários e de grave violência nos mostra a distância de um acordo de paz entre os países daquela região. Contudo, apesar de tantos conflitos, crises internas e de um clima de medo constante, Israel preservou até hoje a livre política, que pode ser percebida pela participação de partidos palestinos no *Knesset*. (CRICK, 1975, p. 59).

Sobre a participação dos partidos árabes no *Knesset*, podemos dizer que é expressiva, porém, não traduz significativamente os interesses dos habitantes árabes. Isso pode ser explicado pelo êxodo das comunidades árabes, em 1948, durante a guerra árabe-israelense. Em 1961, com menos de 10% do eleitorado do país, a maioria dos eleitores árabes depositaram sua confiança nos partidos árabes ao invés do Mapai ou dos partidos pro-árabe ou anti-sionista (KRAINES, 1961, p.81). No passado, os partidos árabes apoiavam o Mapai em todas as questões, exceto

⁴ Sobre este ponto vale lembrar que o sionismo político surgiu no século XIX no Leste Europeu com Theodor Herzl, por esta razão faz-se necessário mencionar a situação da Rússia naquela época. Sobre o sionismo político, vale lembrar, ainda, que surgiu como consequência da *Hascalá*, o iluminismo judaico, que foi incapaz de resolver o “problema judeu”.

aquelas que condiziam com a permanência de tropas israelenses nas comunidades árabes e aquelas referentes à questão dos refugiados, como será demonstrado com maiores detalhes no próximo capítulo (BADI, 1963, p.62). Atualmente os eleitores árabes tendem a votar nos partidos árabes⁵, apesar do Mapam e Mapai terem sido partidos que atraíram o eleitorado árabe ao longo dos anos, especialmente o Mapam, que era o único partido de cunho sionista que acolheu os membros árabes igualmente os membros judeus.

É necessário ressaltar, ainda, que os partidos árabes ajudaram, substancialmente, o Mapai a apresentar uma série de importantes projetos de leis. Porém, os partidos árabes constrangiam o Mapai pelo fato de reivindicarem a extinção de um domínio militar nas comunidades árabes, demandando autonomia local para aquelas áreas e insistindo na igualdade entre árabes e judeus e solicitava, igualmente, ajuda financeira para melhorar as condições de vida da sociedade árabe em Israel (KRAINES, 1961, p.82).

Durante o período proposto para ser estudado neste trabalho, décadas de 80 e 90, os partidos palestinos tiveram poucos assentos no *Knesset*, podendo-se destacar o partido Árabe Democrático, fundado em 1988, por Abdel Wahab Daroushe, ex-membro do Partido Trabalhista. O Partido Árabe Democrático (ADP) obteve um assento em 1988 no *Knesset* e dois nas eleições de 1992. Sua plataforma focava no alcance da igualdade para os árabes-israelenses e na retirada dos assentamentos israelenses da Cisjordânia, Gaza e da parte oriental de Jerusalém, bem como o estabelecimento de um Estado palestino. Em 1996 e 1999, o referido partido concordou em unir-se a outros representantes da comunidade islâmica, e nas eleições de 1999, a Lista Árabe Unida, como ficou conhecida, tinha como objetivo promover o fortalecimento do setor árabe, remover os assentamentos judaicos em áreas palestinas e a criar um Estado palestino⁶.

Assim, para tratar de identidade nacional e religiosa de Israel é importante recordar que para HOBBSAWM, a religião está intimamente ligada à questão da nacionalidade (1990, p.147), especialmente no caso de Israel, uma vez que cada religião tem a sua comunidade e por conseqüência tem seus costumes e tradições enraizadas à sua participação na sociedade israelense. Ademais, é importante dividir

⁵ The Knesset-The Israeli Parliament. Disponível em: http://www.knesset.gov.il/history/eng/eng_hist16_s.htm. Acesso em: 30 de setembro de 2004.

⁶ The Jewish Virtual Library. Disponível em: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsourc/Politics/adp.html>. Acesso em: 12 de setembro de 2004.

a sociedade israelense em dois setores: a comunidade majoritária, judaica; e as comunidades minoritárias, população não-judaica de Israel, definidos como “cidadãos árabes de Israel”, que se dividem em diversos grupos diferentes, embora tenham como idioma o árabe, possuem distintas características e têm os mesmos direitos que os cidadãos judeus, podendo filiar-se aos partidos e fazer-se representar no *Knesset* (HIRSH, 1999, p.118).

Dividida a sociedade israelense em comunidades, faz-se essencial abordar, finalmente, a noção de comunidade explanada por Bauman, uma vez que em Israel existem diversas comunidades, a saber: judeus, muçulmanos, drusos, circassianos, católicos e armênios.

Portanto, anui-se que cada indivíduo está isolado em suas respectivas comunidades, ou seja, os membros das comunidades mencionadas acima estão “privados de sua liberdade”, uma vez que devem seguir padrões, a doutrina da comunidade da qual fazem parte. Apesar de o cidadão ser livre, ele fica impedido de participar de outras comunidades, de tomar parte de assuntos e questões da outra comunidade, e de forma mais rigorosa, de relacionar-se com pessoas de outros segmentos da sociedade, o que prejudica *a fortiori* as relações entre a sociedade e o governo, levando-nos a afirmar que a comunidade é uma maneira de o indivíduo buscar sua proteção, isto é, as pessoas sentem-se seguras, bem como respeitadas pelos membros da comunidade na qual fazem parte (BAUMAN, 2003, p. 10).

Sendo assim, é válido dizer que “a etnicidade pode mobilizar a ampla maioria de sua comunidade” (HOBBSAWM, 1990, p.201). Apesar de os judeus *charedim*, tradicionais, que são minoria, serem contra o estabelecimento de um Estado judaico em Israel antes da volta do Messias, esta assertiva de Hobsbawm justifica o fato da maioria dos judeus não residentes em Israel serem pro-Israel, mostrando que o nacionalismo é a maior lealdade mesmo que hajam outras e que a identidade judaica vem em primeira instância, bem como que para o nacionalismo o ideal é colocar o Estado nas mãos do povo (BOBBIO, 1983, p. 799), desse modo, partimos para uma outra esfera que é a da democracia.

1.2 – Israel: Uma democracia no Oriente Médio

Como mencionado anteriormente, Israel é um país democrático e é o único no

Oriente Médio (ARAÚJO, 2004, p.165). Por esta razão, cabe analisar neste tópico, os conceitos de democracia, bem como descrever e explicar de maneira ordenada e pormenorizada o aspecto democrático israelense.

Porém é necessário afirmar que a Turquia, o Egito, o Líbano e Omã, são países considerados do Oriente Médio, e merecem atenção no que tange os aspectos democráticos, pois lutaram e ainda lutam para o estabelecimento de uma democracia.

O significado formal de democracia pode ser entendido segundo BOBBIO como:

“um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a formação das decisões políticas (ou seja, das decisões que abrangem a toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia.” (2002, p. 326).

Porém, tendo como exemplo a experiência de países cujo governo é considerado democrático, pôde-se verificar que, para que um país possa atingir os objetivos democráticos, mesmo que de maneira razoável, é necessário que: esse país tenha funcionários eleitos pela população, o que contribui para que se controle as decisões dos governos; tenha eleições livres, justas e freqüentes, as quais são o momento onde estes funcionários eleitos serão escolhidos; garanta liberdade de expressão, isto é, os cidadãos têm o direito de se expressarem em diversas questões, tanto políticas, relacionadas ao governo e aos funcionários públicos, bem como a ideologia prevalecente, com as questões sociais e econômicas, sem sofrer punições; assegure a instituição de fontes de informação diversificada, que é o direito alegado ao povo de escolher fontes de informações diversificadas e independentes; autonomia para as associações que é justamente a formação de partidos políticos e de organizações relativamente independentes, bem como grupos de pressão; e por fim, cidadania inclusiva, caracterizada pelo fato de garantir os direitos necessários às referidas instituições políticas (DAHL, 2001, p.99).

No caso de Israel, fica visível perceber que as decisões tomadas pelo governo sobre a política são designadas a funcionários eleitos pelo povo por meio de eleições diretas e estes, por sua vez, são eleitos pelo fato de fazerem parte dos partidos políticos. Nota-se que o povo tem o direito de adquirir informação em distintas fontes, como pode ser demonstrado pela quantidade de jornais mundiais de

distintas ideologias, bem como outros recursos direcionados para as questões políticas de Israel. Nota-se, ainda, que Israel respeita a liberdade de expressão garantida pela declaração de independência do Estado, e pelos princípios da Carta das Nações Unidas. Por fim, observa-se que Israel atende a todos os princípios básicos enunciados anteriormente, bem como se percebe que as eleições para o *Knesset* e suas conseqüências são a essência para o estabelecimento e fundamentação de uma democracia em Israel.

Para demonstrar que Israel compartilha das instituições políticas da moderna democracia, cabe citar trecho da declaração de independência do Estado, especialmente a secção em que os patriarcas da pátria fundamentam as normas morais que regerão o novo país:

"O Estado de Israel estará aberto à imigração judaica (...) fomentará o desenvolvimento do país em benefício de todos os seus habitantes; basear-se-á nos princípios de liberdade, justiça e paz, conforme concebido pelos profetas de Israel; assegurará completa igualdade de direitos sociais e políticos a todos os seus habitantes, sem distinção de religião, raça ou sexo; garantirá a liberdade de culto, consciência, língua, educação e cultura; protegerá os Lugares Santos de todas as religiões; e se manterá fiel aos princípios da Carta das Nações Unidas" (HIRSH, 1999, p. 56).

Percebe-se que com a referida declaração, Israel afirma desejar e estar disposto a assegurar a igualdade de direitos a todos os habitantes, o que inclui a igualdade entre judeus, muçulmanos, cristãos e as religiões minoritárias, como exposto por Dahl. A grande polêmica da democracia israelense está relacionada primeiramente ao sionismo, como enunciado no item anterior referente ao nacionalismo. Compreende-se que existe a tentativa de combinar o sionismo com a democracia. Isso fica perceptível quando visualizamos a idéia de democracia vista pelo sionismo, onde o Estado é de todo o povo judeu, omitindo a noção tradicional conceituada como de todos os cidadãos (NEUBERGER, 1995, p.10).

Todavia, esse paradoxo não torna Israel um Estado antidemocrático nem põe a religião em conflito com a democracia. O que realmente acontece é que a leitura distorcida da política por certos setores da direita e dos fundamentalistas religiosos, que interpretam que a democracia é só para a maioria judaica, não entendem como

deve ser a interação com minorias em um estado democrático⁷.

Alguns teóricos acreditam na possibilidade de que Israel torne-se uma teocracia devido ao fundamentalismo religioso judaico, porém, pode-se dizer que seria muito difícil conceber tal idéia, pois o número de fundamentalistas judeus é muito pequeno e não é suficiente para convencer a ala esquerda e pedaço da direita de Israel, apesar de alguns partidos direitistas estarem alinhados com partidos religiosos.

Outra questão muito importante de se destacar é o traçado da democracia israelense na história dos acordos firmados com a autoridade palestina, que pode ser dividido em três períodos de rejeição. O primeiro deles é marcado pela recusa árabe ao plano de partilha de 1947⁸, resolução nº 181 da O.N.U. que previa a repartição do território em dois Estados, desfechando violentos ataques para impedir o estabelecimento do Estado⁹. Posteriormente, com a resolução nº 242 do Conselho de Segurança da O.N.U referente ao “reconhecimento da soberania, integridade territorial e independência política de todos os Estados da região e de seu direito de viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, livres de ameaças ou atos de força” (HIRSCH, 1999, p.39), após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, a posição árabe era a seguinte: “não à paz com Israel, não à negociação com Israel e não ao reconhecimento de Israel” (HIRSCH, 1999, p.39).

Por fim, cabe dizer que o terceiro período é caracterizado pela maior proposta feita por Israel, em Camp David (EUA), em julho de 2000. A Autoridade Palestina, representada por Yasser Arafat, rejeitou a proposta aumentando ainda mais as tensões. Com estes três principais períodos, é perceptível que Israel não abriu mão da sua democraticidade, pelo contrário, houve maior participação de partidos árabes no *Knesset*, bem como do eleitorado árabe, que será destacado com maior ênfase no capítulo 2 deste trabalho.

É necessário lembrar que nenhum regime histórico seguiu todas as regras para o estabelecimento de um regime democrático, a saber: participação efetiva, igualdade de voto, aquisição de entendimento esclarecido, exercer o controle definitivo do planejamento e inclusão dos adultos (DAHL, 2001, p.50).

⁷ TASGAL, Gabriel Ben. Israel: *Uma democracia no Oriente Médio*. Disponível em <<http://www.jafi.org.il/education/spanish/entrelneas/actividad04.html>>. Acesso em: 17/09/04.

⁸ Vide anexo

⁹ Apesar de o Estado de Israel ter sido estabelecido depois de 1947, os representantes da comunidade judaica haviam concordado com o plano de partilha.

Nessas circunstâncias, fica evidente que o empecilho à democracia israelense é o contínuo conflito com os palestinos, pois acelera os processos antidemocráticos, levando a população mais ortodoxa a pensar que o estado sionista é uma democracia só para judeus.

Para entender melhor esse paradoxo existente na democracia israelense é necessário abordar a explanação de BAUMAN sobre democracia:

“a democracia é uma ousada tentativa de realizar um equilíbrio excessivamente difícil, tarefa que poucas sociedades assumiram em outros tempos e lugares e que nenhuma conseguiu de fato materializar, quanto mais tornar seus resultados seguros e duradouros.” (2000, p.157).

A democracia tenta, portanto, preservar simultaneamente a liberdade de agir do Estado, dos indivíduos e de suas associações, ao mesmo tempo em que faz da liberdade de cada um condição para a liberdade dos outros. Acontece que, segundo BAUMAN, recentemente, alguns intelectuais franceses, dentre eles Régis Debray, Max Gallo e Mona Ozouf, observaram perigosos indícios de uma progressiva deformação da democracia liberal “realmente existente”, resultante da crescente insegurança de uma ampla parcela da população, uma parcela cada vez maior (2000, p.159).

Com isso, percebe-se que o atual cenário político e social de Israel passa a ser ameaçado pelo terrorismo e pelo medo, como o ocorrido de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, gerando um clima de tensão e de desconfiança internacional. Assim, Israel tem como resultado a escolha de um partido linha dura, para dirigir a política contra o terrorismo. A população israelense tem uma confiança muito maior em um partido conservador, demonstrando que, cada vez que as tensões aumentam, o eleitorado volta-se para a escolha de um partido cuja agenda é voltada para a segurança e defesa nacional, como veremos nos próximos capítulos¹⁰.

Com a explanação dos conceitos de democracia englobando o paradoxo existente em Israel entre democracia e sionismo, é fundamental analisarmos, por conseguinte, a importância dos partidos políticos na tomada de decisões,

¹⁰ TASGAL, Gabriel Ben. Israel: *Uma democracia no Oriente Médio*. Disponível em <http://www.jafi.org.il/education/spanish/entrelneas/actividad04.html>. Acesso em: 17/09/04.

especialmente no que tange os conflitos no Oriente Médio, já que os partidos são os principais intermediários das democracias contemporâneas.

1.3 - A importância dos partidos políticos e sua influência no processo decisório

Neste capítulo é essencial remontar às origens dos partidos políticos e sua importância para o funcionamento da democracia. O desenvolvimento dos partidos parece estar intimamente associado ao desenvolvimento da democracia, ou seja, é uma complementação do sufrágio popular e do direito parlamentar. Isto pode ser percebido quando as assembleias políticas aumentam sua participação e exercem suas funções, os membros das referidas assembleias sentem a necessidade de se associarem por afinidades com vistas a atuar em concordância (DUVERGER, 1980, p. 20).

Para se falar de partidos políticos é digno de apreço mencionar a contribuição de Duverger para ressaltar a importância dos partidos na democracia, uma vez que uma das instituições políticas da moderna democracia representativa é a autonomia para associações (DAHL, 2001, p.99). DUVERGER afirma que a palavra "partido" passou a ser utilizada para denominar o seguinte:

“As facções que dividiam as Repúblicas antigas, os clãs que se agrupavam em torno de um condottiere na Itália da Renascença, os clubes onde se reuniam os deputados das assembleias revolucionárias, os comitês que preparavam as eleições censitárias das assembleias revolucionárias, bem como as vastas organizações populares que enquadram a opinião pública nas democracias modernas” (1980, p. 19).

Nesta acepção, podemos anuir que todas essas instituições mencionadas por Duverger eram unidas pelas mesmas opiniões, compartilhavam dos mesmos interesses e tinham como objetivo exercer o poder político. Contudo, os partidos políticos, no sentido moderno do termo, são oficialmente concebidos juntamente com o nascimento dos grupos parlamentares e comitês eleitorais (DUVERGER, 1980, p.20).

Segundo BOBBIO, os partidos políticos surgem nos países que adotaram formas de governo representativo, pelo fato de esse tipo de governo ser

caracterizado pela representação popular e posteriormente conduzido para a democratização da vida política e à integração de outros setores da sociedade civil no sistema político. O nascimento e o crescimento do partido político está relacionado à participação nas decisões políticas, por parte das diversas classes da sociedade (2000, p. 899).

Com relação à origem dos partidos políticos, pode-se dizer que as associações passam a ser consideradas propriamente como partidos quando o sistema político alcança um determinado nível de autonomia estrutural, de complexidade interna e de divisão do trabalho que possibilita a participação no processo decisório, bem como a inclusão dos representantes daqueles a quem as decisões políticas se referem. Como conseqüência, o partido passa a representar, teoricamente e praticamente, a noção de reconhecer ao povo o direito de participar e realizar gestões do poder político, sendo assim, percebe-se que com este fim, ele se associa, cria instrumentos de organização e atua (BOBBIO, 2000, p. 899).

Nessas circunstâncias, cabe dizer que sem os partidos políticos é muito difícil pensar hoje, na existência de uma democracia liberal, pois a essência da democracia está fundamentada no partido político e no direito ao voto, sendo assim, o partido político é símbolo da participação do povo no exercício da soberania de um Estado. Apesar de que em alguns países a candidatura não necessita ser feita por meio dos partidos políticos, como no caso dos Estados Unidos.

Um outro fato de grande relevância para o tema é a influência dos partidos no processo da tomada de decisões. WALTZ destaca que as teorias reducionistas argumentam que os resultados internacionais são determinados pela combinação de elementos a nível nacional ou subnacional, ou seja, a política interna condicionaria, de certa maneira, as conseqüências externas. Com isso, é necessário observar o conceito de processo decisório, bem como a importância dos partidos políticos na tomada de decisão (2002, p. 88).

Um dos primeiros a abordar o conceito de processo decisório de maneira concisa foi Adam Smith quando afirmou em sua obra a *Riqueza das Nações* que as decisões econômicas deveriam ser retirada das mãos do governo e fossem direcionadas para o mercado. Com o passar do tempo, o estudo do processo decisório foi modificado e adaptado para questões mais relacionadas à política, especialmente no que se refere aos partidos políticos (LINDBLOM, 1980, p.7).

Para Lindblom a votação é um instrumento de pouca eficácia para a tomada de decisão, apesar de a votação conceder aos eleitores o poder de escolher os formuladores de política e não lhes conferir uma influência na tomada de decisões, ou seja, os eleitores votam em candidatos, não em políticas Lindblom afirma, ainda, que existe uma participação dos eleitores na influência da política, pois, por um lado, os candidatos ajustam seus compromissos em termos políticos para o direcionamento das preferências do eleitorado, e por outro lado, os eleitores influenciam as políticas por meio de atividades de grupo de interesse (LINDBLOM, 1980,p. 95).

O eleitorado conhece muito pouco sobre os candidatos, principalmente no que se refere à política do processo decisório, por esta razão, os eleitores são mobilizados a votarem por sua filiação partidária ou pela personalidade dos candidatos (LINDBLOM, 1980, p.96). A questão é que, no caso de Israel, o eleitorado age de maneira diferente, pois estão constantemente preocupados com a questão da segurança que atinge diretamente a sociedade israelense, o que os levam a recorrer aos candidatos mais bem preparados para a resolução dos conflitos. Este fato pode ser justificado pelos recentes relacionamentos entre Israel e a Organização para Libertação da Palestina (OLP) da seguinte forma:

“A evolução da situação regional que desembocou no Acordo de Paz entre Israel e a OLP decorreu tanto de fatores regionais como da repercussão das profundas mudanças geradas pelo fim da Guerra Fria. De certo modo, o caminho para a paz passou a depender, essencialmente, da política interna israelense.”(MAGNOLI, 2000, p.175).

Com relação aos partidos políticos, Lindblom argumenta que a competição partidária pode dar aos eleitores um certo controle sobre o processo decisório político na medida em que, depois de eleitos, os candidatos sejam a posição partidária, que é o que ocorre com frequência nas democracias. Assim, pode-se concluir que “a disputa partidária só pode colocar o controle do processo decisório em poder dos eleitores [conforme] os partidos percebem corretamente suas atitudes e preferências e conseguem formular com êxito combinação de políticas atraentes.” (LINDBLOM, 1980, p 100-101).

No caso de Israel, apesar de o governo ter autonomia para tomar decisões sem consultar o parlamento, desde que respeitada a legislação em vigor, os partidos

políticos, que representam a opinião popular, têm grande poder de barganha, o governo não age sozinho frente às questões internacionais, tanto é que o Primeiro-Ministro, maior posto do executivo, é eleito pelos partidos políticos. Assim, destaca-se que a política interna e a opinião pública são, igualmente, importantes para a formulação das decisões externas (VIOTTI & KAUPPI, 1993, p.205). Como Israel faz uso do regime parlamentar, é de extrema importância ressaltar que a democraticidade do executivo depende do fato de que ele é uma emanção do legislativo, o qual, por sua vez, se baseia no voto popular (BOBBIO, 2000, p. 327).

Em outras palavras, podemos afirmar que, no caso estudado, o indivíduo e os partidos políticos são os atores fundamentais na política internacional, os Estados representam os subconjuntos da sociedade doméstica, ou seja, o Estado não é independente, autônomo, separado ou afastado da sociedade, ele traduz os anseios da população. De acordo com a concepção liberal de política doméstica, o Estado não é considerado como ator, mas uma instituição representativa sujeita à canalizar as vontades da sociedade, e por sua vez a sociedade recorre ao Estado para atingir seus objetivos.¹¹

Com a análise das teorias e dos conceitos que envolvem a política e a sociedade israelense, tanto em aspectos democráticos como nacionais, nota-se a complexidade do cenário político interno de Israel, sendo de extrema importância analisar, igualmente, o seu sistema político o que é ponto chave para traçar uma cronologia dos acontecimentos entre as décadas de 1980 e 1990, como veremos no próximo capítulo.

Capítulo 2 – A política em Israel e os principais acontecimentos da política externa israelense na década de 80 e 90.

Neste capítulo será explorada a origem dos partidos políticos israelenses, bem como a participação dos mesmos nas tomadas de decisões entre os anos 80 e 90 na política externa. Será apresentada, ainda, uma breve explicação sobre o sistema eleitoral de Israel e sua evolução que muito contribuiu para conseguir refletir no *Knesset* a vontade do povo de Israel em eleger um partido linha dura ou um partido que prioriza a resolução das controvérsias de maneira pacífica à medida que o cenário político mudava.

2.1 - A Origem do Sistema Multipartidário de Israel

O atual sistema político de Israel nasceu antes do estabelecimento do Estado, tendo como protagonistas os partidos políticos, que em sua maioria estavam situados na Europa e na Palestina. Apesar da distância, os partidos eram quase um corpo homogêneo, os judeus, cuja maioria era ortodoxa, tinham como líderes os rabinos que faziam com que a estrutura religiosa e política dos partidos fossem baseadas nos mesmos valores. Posteriormente, com o aparecimento do sionismo, de um lado, e do socialismo, do outro, estas estruturas passaram a ser questionadas (BADI, 1963, p. 39).

A justificativa para a existência, em Israel, de um sistema multipartidário dá-se pelo fato das diversas mudanças e da grande imigração de judeus para Israel após o estabelecimento do Estado. Vinham judeus de todas as partes do mundo com valores e conceitos distintos, ademais, era importante existir em Israel uma representação dos vários grupos e das diversas opiniões, justamente pelo fato de haver uma diferença não só política, como também cultural (KRAINES, 1961, p. 61).

¹¹ MORAVCSIK, Andrew. *Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics*, p 249-250. In: VIOTTI, Paul R; e KAUPPI, Mark V. *International Relations Theory*. Nova Iorque: Mac Millan, 1993.

Apesar do sionismo ter surgido no século XIX na Europa com o primeiro Congresso sionista organizado por Theodor Herzl, os partidos políticos passaram a ter uma grande importância na comunidade judaica, a partir de 1914, quando o sionismo cresceu e ganhou mais força, especialmente para os judeus *askenazi*¹². Segundo BADI, os partidos políticos assumiram o papel de governo, parlamento e até mesmo de país, pois foi dedicado a eles todo o esforço no sentido de prover melhores condições de vida para o povo judeu. A participação dos partidos passou a ser fundamental para a criação do Estado de Israel, pois eles incentivaram os judeus que viviam na *Galut* (Diáspora) a retornarem àquela região, demonstrando que havia necessidade de ser criado um Estado, o que é o principal objetivo do sionismo (BADI, 1963, p. 39).

O partido político israelense assumiu um papel diferente dos partidos tradicionais. Adotou trabalhos práticos, criou suas próprias instituições para desenvolver atividades econômicas e culturais, as quais poderiam se tornar instrumentos poderosos para seu desenvolvimento, crescimento e influência no meio político. Ficava praticamente evidente que, se as pessoas dependiam economicamente e culturalmente do partido, este partido crescia e teria grande influência na comunidade. Assim, surgiu a característica de todo o partido ser um Estado em si mesmo, com interesses próprios e sua própria posição econômica, criando uma rivalidade por uma distribuição maior do orçamento (BADI, 1963, p.39).

Os partidos políticos presentes na Palestina antes do estabelecimento do Estado de Israel desempenharam um papel positivo na reconstrução da região. Todos aqueles partidos que assumiram uma posição antieuropeia, desejavam voltar a terra e ao trabalho manual e tinham como meta transformar Israel em um Estado socialista foram responsáveis pela criação dos assentamentos coletivos e cooperativos que, por sua vez, passaram a serem denominados de kibutz. São eles: Mapai, Achdut HaAvoda, Hashomer Hatzair, Mapam, Hapoel Hamizrahi, Poalei Agudat Israel¹³ (VILELA, 2002, p.171). Sem a presença marcante destes partidos seria impossível a criação do Estado de Israel, pois foram fundamentais para a construção de escolas e para o provimento de educação para as futuras gerações, sendo, acima de tudo, os chamados arquitetos do Estado. Sua propaganda

¹² Os judeus askenazi são os judeus que descendem dos judeus da Alemanha, Polônia, Áustria e do Leste Europeu. Os judeus askenazi falavam lídiche e línguas eslavas. Muitos deles imigraram para outros países como França, Estados Unidos e, recentemente, Israel.

¹³ Entre o 10º e o 15º Knesset, somente os partidos Mapai e Mapam tiveram assentos no parlamento.

influenciou os judeus a fazerem *Aliá*¹⁴ e auxiliou a população imigrante a ser assentada. O resultado foi: vilas e cidades judaicas, o que com o passar do tempo ficou conhecido como “vidas judaicas na região judaica” (BADI, 1963, p. 39).

Os outros partidos eram unidos por questões nacionais: reunião dos exilados, imigração para Israel e a reconstrução cultural dos costumes judaicos. Após a criação do Estado de Israel, entre as décadas de 50 e 60, a diferença principal entre os partidos era com relação às questões econômicas, onde os partidos se dividiam em dois grupos principais: trabalhista e conservador (BADI, 1963, p. 39).

A razão para a existência da multiplicidade de partidos israelense deve-se ao fato dos partidos terem se desenvolvido fora das condições socioeconômicas de Israel e pelo grande número de imigrantes de diversas regiões do globo. O caráter distinto dos partidos políticos é, em parte, o resultado de uma tradição judaica unida às circunstâncias peculiares em que eles se desenvolveram. Embora a estrutura do sistema de desenvolvimento político de Israel esteja baseada no modelo Europeu, a multiplicidade de partidos e a intensa participação deram a eles uma existência peculiar (KRAINES, 1961, p.61).

Para conseguir vencer a disputa eleitoral, o partido tinha de satisfazer as necessidades da imigração em massa que trazia mais de um milhão de judeus para a região em busca de moradia, trabalho e uma vida normal. Isto significou ajudar as pessoas materialmente, ou seja, ajuda financeira e empregos. Muitos judeus não tinham noção do que seria um partido político judaico, já que não existia, até então, o Estado de Israel. Quando disseram que partidos políticos distribuía comida, dinheiro e roupas, proviam empregos e moradia, eles passaram a filiar-se mais ativamente aos partidos. A competição política e o interesse econômico dos eleitores direcionou a política daquela época, para os sistemas de despojos¹⁵ (BADI, 1963, p. 42).

¹⁴ A palavra *Aliá* significa “subida” e refere-se em geral à “subida” até o rolo da Torah, o Pentateuco, durante a leitura nos serviços religiosos judaicos. Mas a palavra também é usada para definir a emigração para Israel.

¹⁵ Sistemas de despojos é uma expressão utilizada para se referir às características de empregos distribuídos as pessoas que não são de carreira, a membros dos partidos vitoriosos nas eleições.

2.2 – Os partidos de Israel

Ao destacar os principais partidos políticos israelenses eleitos durante o mandato do 10º ao 15º *Knesset*, podemos agrupá-los da seguinte forma: Trabalhistas (Partido Trabalhista, One Israel, Mapam e Mapai); Conservadores (Likud e Herut); partidos religiosos (Mafdal, Shas, Agudat Israel e Frente Religiosa da Torá); e outros partidos (Partido Árabe Democrático).

Como os partidos que estiveram na liderança do governo israelense entre o 10º e o 15º *Knesset* foram o Likud (União) e o Alinhamento Trabalhista (Maarakh), faz-se necessário mencionar detalhadamente o histórico das plataformas mais importantes dos referidos partidos.

2.2.1 – O Likud e o Herut

O Likud foi formado em 1973, pela consolidação do bloco liberal-nacional do Herut (sucessor do Movimento Sionista Revisionista do pré-Estado de Israel) com o Partido Liberal e com a união de três pequenos partidos: Free Center, Laam e Gahal. Ideologicamente, o Likud é uma aliança de seculares ultranacionalistas, conservadores e, no campo econômico da palavra, liberais. O Likud tornou-se um dos principais partidos de Israel. Desde 1973, foi o partido predominante, seja na liderança do governo, seja na oposição. Todos os líderes do Likud, Menachem Begin, Yitzhak Shamir, Benyamin Netanyahu e Ariel Sharon, foram Primeiros-Ministros¹⁶.

A base do consentimento do novo partido foi a extensão da soberania israelense em todo o território oeste do Rio Jordão (Cisjordânia e Gaza) e o apoio à reivindicação do território transjordânico.

Em 1977, o Likud ficou com 33.4% dos votos e 43 assentos no *Knesset*, devido aos votos dos judeus sefaraditas¹⁷, que naquela época haviam aumentado

¹⁶ European Institute for Research on Mediterranean and Euro-Arab Cooperation. Disponível em: <<http://www.medea.be/?page=0&lang=en&idx=0&doc=125>>; Acesso em 16 de junho de 2004 e Jewish Virtual Library. Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Politics/LikudParty.html>>. Acesso em 13 de julho de 2004.

¹⁷ A palavra Sefarad significa em hebraico Espanha. Em um sentido amplo da palavra pode-se dizer que sefaraditas são judeus provenientes da Península Ibérica. Entretanto, atualmente, a palavra sefaradita tem um significado mais abrangente, inclui, ademais das comunidades da Península Ibérica, as comunidades do norte da África, Iraque, Síria, Grécia e Turquia. Cabe ressaltar que os

consideravelmente em Israel, o suficiente para formar o Primeiro Governo de Menachem Begin. Apesar de sua ideologia ultranacionalista e expansionista, este governo respondeu favoravelmente à iniciativa de paz do presidente egípcio Anwar Al-Sadat, que se tornou naquele ano o primeiro líder árabe a visitar oficialmente Israel, resultando em um acordo de paz, assinado dois anos depois de sua visita¹⁸.

A popularidade do partido começou a entrar em declínio com a custosa invasão do Líbano em 1982¹⁹, a qual levou a renúncia de Begin e a nomeação de Yitzhak Shamir como seu sucessor. Outro fator que contribuiu para o declínio do partido foi o desencantamento da comunidade sefaradita com relação às promessas de melhoria de condições de vida nesta parte da população israelense, feita por uma política econômica-liberal. Depois das eleições de 1984, o Likud compartilhou poder com o partido trabalhista liderado por Shimon Peres em um governo de coalizão. Foi uma aliança instável até a saída do Trabalhista em 1990.

O Likud estava novamente na oposição em 1992 depois de perder as eleições e substituir Shamir por um novo líder jovem, Benyamin Netanyahu. O partido foi contra o Acordo de Oslo²⁰, concluído em 1993 entre Israel e OLP. Com a nova lei que determinava, pela primeira vez, por meio de eleições direta para Primeiro-Ministro, Netanyahu foi eleito em maio de 1996 e o Likud retornou ao poder em coalizão com a ala da direita e os partidos religiosos.

judeus sefaraditas são, em sua maioria, ortodoxos, diferentemente dos askenazi, que podem ter sua religiosidade subdividida em ortodoxo, conservador, reformista e reconstrutor.

¹⁸ Em 1978, o Presidente Jimmy Carter celebrou o acordo de Camp David entre o Presidente Egípcio Anwar Sadat e o Primeiro Ministro de Israel, Menachem Begin, que foram seguidos no ano de 1979 pelo acordo formal de Paz entre Israel e Egito. Este Acordo constituiu a base tanto da paz entre o Egito e Israel quanto entre Israel e seus outros vizinhos, estipulando a necessidade de solucionar o problema Palestino. Convém lembrar que o Presidente Sadat e o Primeiro-Ministro Begin foram agraciados com o Premio Nobel da Paz em 1978 por este feito.

¹⁹ Em junho de 1982, com o suporte das milícias cristãs, Israel invade o Líbano e chega até Beirute com o propósito declarado de aniquilar as forças palestinas. Após dois meses de intensos bombardeios israelenses, negocia-se a saída da OLP de Beirute, ocorrida no ano seguinte. Em 16 de setembro, com permissão israelense, milícias cristãs libanesas invadem os campos de refugiados palestinos de Sabra e Shatilla, em Beirute, massacrando mais de mil civis, em retaliação pelo assassinato, dois dias antes, do presidente cristão Bachir Gemayel. Israel retira suas tropas para a "zona de segurança", faixa de 20 km ao longo da fronteira do sul do Líbano.

²⁰ O Acordo de Oslo foi realizado entre a OLP e Israel, assinado em Washington, no dia 13 de setembro de 1993. O nome Oslo foi dado ao acordo pelo fato das negociações "secretas" terem sido realizadas na cidade de Oslo, na Noruega. O acordo traçava a transferência israelense das partes da Cisjordânia e Faixa de Gaza e o estabelecimento de um governo provisório. O Acordo de Oslo foi o reconhecimento, por parte de Israel, que a criação do Estado Palestino seria o produto final do processo.

Segundo a plataforma de 1996, o Likud pregava o esforço pela melhoria das comunidades menos favorecidas, como a comunidade sefardita, o respeito dos valores tradicionais judaicos e apoiava a absorção de imigrantes, acreditava que com o apoio à imigração, judeus da Europa e das Américas ficariam encorajados a fazer *aliá*. Com referência às questões de paz e segurança, o Likud disputava as eleições com o *slogan* “Paz com o Likud”. A plataforma de 2003 do Likud declarava que:

“sob a liderança do Likud, a paz será o objetivo central da política israelense. O Governo de Israel irá conduzir negociações diretas com os Estados Árabes para conseguir formalizar os acordos de paz. Segurança é a base para a paz duradoura. Israel manterá a segurança como primeira condição para qualquer acordo de paz”.²¹

Vale lembrar que a plataforma eleitoral do Likud de 1996 mencionava que a decisão, proposta pelo Partido Trabalhista, de congelar os assentamentos em Cisjordânia seria anulada, áreas de segurança vital para a defesa de Israel e dos assentamentos judaicos iriam ficar sob total responsabilidade israelense, permitindo às Forças de Defesa de Israel (IDF) completa liberdade de ação, quando necessária, em qualquer lugar ameaçado pelo terrorismo.

Apesar de Netanyahu prometer honrar o acordo com a OLP e contribuir com as negociações de paz com Síria e Líbano, o processo de paz protelou-se quase que por completo. O Likud estava sofrendo pressão dos colonos, direitistas e extremistas dos partidos religiosos para não devolver as Colinas de Golã e não conceder territórios a OLP.

Em outubro de 1998, um novo acordo, que previa a remoção de 13% da Cisjordânia, foi concluído no Rio Wye nos EUA²². A primeira remoção foi nos arredores de Jenin conduzida por um forte protesto dentro da própria coalizão do Likud, o que levou a uma profunda crise no governo do referido partido em

²¹ Disponível em: <<http://web.idirect.com/~cic/publications/democracyInAction/chapterTwo.html>>. Acesso em: 24 de julho de 2004.

²² O Memorando de Wye River, assinado em 23 de outubro de 1998, entre Israel e OLP, sob os auspícios do presidente americano, Bill Clinton, objetivou a retomada das negociações e implementações das decisões do Acordo de Oslo II, tinha como objetivo expandir o governo palestino na Cisjordânia e Gaza e permitir as eleições palestinas, interrompido por mais de um ano, levou à retomada das negociações sobre a condição final dos territórios palestinos.

dezembro de 1998, com a renúncia de vários membros proeminentes do Likud que decidiram desafiar a liderança de Netanyahu.

Seguindo a crise, novas eleições foram realizadas em 17 de maio de 1999. Paralelamente com a eleição de Barak para substituir Netanyahu como o Primeiro-Ministro, o Likud só recebeu treze assentos no *Knesset*, uma sensível queda dos trinta e dois assentos conquistados no anterior.

Netanyahu renunciou como líder do Likud, e em seguida Sharon foi nomeado líder interino. Foi eleito como líder no dia 02 de setembro de 1999 e como Primeiro-Ministro em 06 de fevereiro de 2001, como consequência do retorno da eleição direta para Primeiro-Ministro.

Antes das eleições para o 16º *Knesset*, em janeiro de 2003, as principais diferenças existentes entre os partidos conservadores e os trabalhistas giravam em torno dos temas ligados à agenda da paz. Os conservadores, representados pelo Likud, buscavam alcançar a paz por meio dos cumprimentos dos tratados de paz entre Israel e seus vizinhos, pela cooperação internacional e por meio da ação militar, para garantir a segurança e soberania do território israelense. Entretanto o Likud apoiava as negociações, desde que fosse considerando que Yasser Arafat, líder da Autoridade Palestina, era um terrorista e que a liderança palestina encontrasse outro líder para continuar as negociações. Já os partidos socialistas, principalmente o partido trabalhista, assumiram uma postura mais pacífica, propondo a retirada dos assentamentos israelenses de Gaza e a busca da paz com a formulação de acordos baseado na segurança das fronteiras, a parte do Partido trabalhista que se aliou com o One Israel, sugeriu, ainda, o conceito de “dois estados para dois povos”²³.

2.2.2 - O Partido e o Alinhamento Trabalhista

A esquerda israelense tem uma história complexa e confusa pelo fato dos partidos estarem ora em alianças, ora agindo independentemente. Sendo assim, faz-se necessário mencionar primeiramente a trajetória do Alinhamento Trabalhista (Maarakh). O Maarakh é o sucessor do Movimento Sionista Trabalhista que

²³ The Jewish Agency for Israel. Disponível em: <<http://www.jafi.org.il/education/actual/elections/2003/platforms.html>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2004.

dominava as políticas durante o pré-Estado de Israel, bem como nos primeiros vinte e nove anos de independência. O Alinhamento foi formado em 1969 por meio da consolidação de dois partidos sionistas-trabalhistas, o Partido Trabalhista e o Mapam (Mifleget Poalim Meuchedet) (KRAINES, 1963, p. 61).

O Partido Trabalhista foi formado em 1968, pela aliança do Rafi, Mapai e fragmentos do Achdut HaAvoda. Por outro lado, o Mapam nasceu da coalizão do HaShomer Hatzair, Poalei Tzion e fragmentos do Achdut HaAvoda, tendo abandonado a aliança com o Maarakh em 1984, pelo fato dos trabalhistas terem formado um governo de coalizão com o Likud. Após sua saída do Maarakh formou uma aliança com dois outros partidos, Ratz e Shinui, que em 1992 fundaram o Meretz (Partido Democrático de Israel) (KRAINES, 1963, p. 62)

O Mapai (Mifleget Poalei Eretz Israel) tornou-se o principal partido judaico, antes da independência do Estado, a rejeitar o extremismo e as políticas “linha dura” dos partidos de direita. Foi o partido de David Ben-Gurion, Primeiro Primeiro-Ministro depois do estabelecimento do Estado de Israel em 1948, bem como em 1956, quando ocorria a Guerra Britâno-Franco-Israelense contra o Egito. Ben-Gurion renunciou das suas atividades no partido em 1963, como resultado do *Lavon Affair*²⁴ e em 1965 fragmentos do Mapai formaram o Rafi²⁵.

Partindo para um detalhamento maior, é necessário dizer que o Partido Trabalhista, partido social democrata, formado em 1968, foi o partido que regeu Israel de 1948 a 1977. O que mais chama a atenção na trajetória deste partido é o fato de não ser um simples partido, mas uma coalizão de vários grupos políticos. Em 1977, o partido, que havia passado quase trinta anos no poder, perdeu a liderança para o Likud, governou em coalizão com o mesmo de 1984 a 1990, retornou ao poder em 1992 e perdeu as eleições de 1996²⁶.

Uma das razões para a decadência do Partido Trabalhista em 1977 foi a guerra de outubro de 1973²⁷ que surpreendeu Israel. A Primeira Ministra, Golda Meir

²⁴ *Lavon Affair* ou *Faulty Business* (*Esek Bish*) foi o nome dado à Operação Israelense *Suzannah*, cujo objetivo era bombardear instalações americanas no Egito, culpando os árabes, esperando que os laços entre egípcios e americanos fossem desfeitos. A Operação levou o Ministro da Defesa da época renunciar o cargo e causou um grande transtorno na política israelense.

²⁵ Jewish Virtual Library. Disponível em:

< <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Politics/Mapai.html>>. Acesso em: 25/09/04.

²⁶ Jewish Virtual Library. Disponível em:

< <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Politics/labor.html>>. Acesso em: 25/09/04.

²⁷ A Guerra de 1973, conhecida também como Guerra do Yom Kippur, ocorreu entre as forças das Repúblicas Árabes Unidas (Síria, Egito e Jordânia) e Israel quando o Egito e a Síria atacaram o território israelense de surpresa tentando revidar a Guerra dos Seis Dias, porém foram derrotados.

e o Ministro da Defesa, Moshe Dayan, renunciaram deixando a liderança do Partido, bem como o assento de Primeiro-Ministro para Isaac Rabin²⁸.

Outro fator para a decadência do Partido Trabalhista foi o crescimento demográfico dos Judeus Sefaraditas e Orientais, aumentando favoravelmente a popularidade do Likud e do Shas²⁹. O minguido sucesso do partido nesta época, foi com relação aos Kibbutz, a Federação dos Trabalhadores (Histadut) e o crescimento das indústrias de grande porte.

As novas gerações não compartilharam o idealismo dos seus companheiros, queriam uma vida mais confortável. Fazendas coletivas e empresas estatais provaram ser inviáveis economicamente e tornaram-se fardos no orçamento; privatização e o corte de subsídios passaram a ser regras.

O retorno do poder do Partido Trabalhista em 1992 com Yitzhak Rabin e Shimon Peres deu um novo impulso para o processo de paz no Oriente Médio, iniciado em outubro de 1991, em Madri³⁰. Em setembro de 1993, eles concluíram com a OLP o Acordo de Oslo para a gradual introdução da autonomia palestina e o início das negociações para uma solução global da questão palestina. O Likud e outros partidos de direita fizeram campanha contra o referido acordo e o Primeiro Ministro Rabin foi assassinado em novembro de 1995. O Ministro das Relações Exteriores, Shimon Peres, o sucedeu, mas perdeu a liderança para o líder do Likud, Benyamin Netanyahu, nas eleições de 1996. Depois da derrota, ele foi substituído por Ehud Barak que tentou recuperar poder para o trabalhista nas eleições de maio de 1999³¹.

Em fevereiro de 2001, Barak perdeu as eleições, Shimon Peres aliou-se com Ariel Sharon, enquanto o partido trabalhista perdeu força e entrou em uma profunda crise. Com isso podemos dizer que o referido partido, para conquistar maior número

Com a Guerra do Yom Kippur ficou claro para o mundo ocidental que não era mais vantajoso o conflito entre o Estado de Israel e o mundo Islâmico.

²⁸ Jewish Virtual Library. Disponível em:

< <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Politics/labor.html>>. Acesso em: 25/09/04.

²⁹ O Shas (Guardiões Sefaraditas da Torah) é um partido teocrático e clerical formado por judeus sefaraditas ultra-ortodoxos, fazia parte de um governo de coalizão com o Likud durante o mandato do 9º Knesset.

³⁰ A Conferência Internacional de Paz, realizada em Madri, em outubro de 1991, e copatrocinada pela União Soviética e Estados Unidos, é o marco inicial das conversações diretas entre Israel e os países árabes, teve por base as resoluções 242 e 338, do Conselho de Segurança da ONU.

³¹ Jewish Virtual Library. Disponível em:

< <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Politics/labor.html>>. Acesso em: 25/09/04.

de votos, deve ser mais aberto para ouvir as indagações dos judeus sefaraditas e orientais possibilitando assim uma filosofia centro-esquerda.

2.3 – O sistema eleitoral de Israel

A história do sistema eleitoral de Israel nos mostra que a comunidade judaica organizada, o *Yishuv*, legou ao Estado de Israel o sistema eleitoral de representação proporcional na época do mandato britânico que era baseado nos valores e nas ideologias das personalidades que lutaram para preservar sua independência.

Com a opinião política fragmentada e a diversidade de partidos, que constituíam a maioria dos eleitores, os partidos que disputavam as poucas vagas para um “quase governo” da comunidade judaica, passaram a se fazer presente e a participar ativamente do processo de assentamentos dos judeus que imigravam para Israel na época do mandato britânico (KRAINES, 1961, p.61)

O sistema de representação proporcional de âmbito nacional parte do princípio de que o número de assentos que cada lista partidária recebe no *Knesset* tem de ser proporcional ao número de votos que recebeu nas eleições, ao contrário da maioria das democracias parlamentares ocidentais. A única limitação que uma chapa tem ao participar da eleição é atingir o limite qualificativo de 1.5%³² (BEN-HAIM, 2003, p. 66). Ainda sobre este sistema, os eleitores votam em uma lista partidária fechada, ou seja, votam no partido, não em uma pessoa específica. Em Israel essas listas são fechadas, os candidatos são eleitos na ordem determinada pelo partido (SARTORI, 1996, p.22). Alguns partidos elegem seus candidatos através de instituições internas, como no caso do Shas (Guardiões Sefaraditas da Torah), partido ultra-ortodoxo, onde os candidatos são indicados pelos líderes espirituais do partido. SARTORI afirma, em relação ao sistema proporcional, que:

“Para começar com as fórmulas, as regras para a distribuição dos representantes eleitos, o sistema mais puro é o do voto singular

³²Até as eleições para o 13º Knesset o limite qualificativo era só 1%.

transferível nos distritos que elegem mais de um representante: os eleitores são solicitados a enumerar os candidatos conforme sua ordem de preferência; a votação que exceda o quociente eleitoral é redistribuída de acordo com a segunda preferência; e, assim, os candidatos com menos votos vão sendo eliminados, suas preferências redistribuídas até completar o número necessário de representantes eleitos.”(1996, p.20-21).

O sistema eleitoral de Israel é baseado em duas leis: a Lei fundamental de 1958 e a Lei de Eleições do *Knesset* de 1969. Desde que a Lei dos Partidos de 1992 foi aprovada, somente os partidos registrados podem apresentar uma lista de candidatos e participar das eleições³³.

A estrutura geral para as eleições encontra-se no artigo 4º da Lei Fundamental: o *Knesset*, e de acordo com este artigo as eleições para o *Knesset* devem ser de alcance nacional, diretas, igualitárias, secretas e proporcionais. O referido artigo só pode ser emendando por um voto de maioria pelos membros do *Knesset*³⁴.

A disputa nas eleições é entre as listas de candidatos. Desde que a Lei partidária foi aprovada, em 1992, somente um partido, o qual tenha sido legalmente registrado no *Registrar Party*, ou um alinhamento de dois ou mais partidos registrados, nos quais decidiram disputar as eleições juntos, podem apresentar uma lista de candidatos e participar das eleições³⁵. Um partido pode, informalmente, adicionar à sua lista corpos ou personalidades que não são membros do partido e que não são registrados propriamente em um partido. As exceções para que uma lista não dispute as eleições para o *Knesset* são as seguintes: uma lista que age direta ou indiretamente contra a existência do Estado de Israel, bem como não reconhece que o Estado é pertencente aos judeus ou contra a natureza de sua democracia; uma lista que incita o racismo; uma lista que apóie o terrorismo armado ou uma organização terrorista contra o Estado de Israel³⁶.

³³ The Knesset-The Israeli Parliament. Disponível em: http://www.knesset.gov.il/description/eng/eng_mimshal_beh.htm. Acesso em: 07 de janeiro de 2004.

³⁴ The Knesset-The Israeli Parliament. Disponível em: http://www.knesset.gov.il/laws/special/eng/basic2_eng.htm. Acesso em: 07 de janeiro de 2004.

³⁵ Nas eleições para o 15º Knesset, a lista partidária “One Israel”, foi composta por três partidos; o Partido Trabalhista, o Geshet e o Meimad.

³⁶ The Knesset-The Israeli Parliament. Disponível em: http://www.knesset.gov.il/description/eng/eng_mimshal_beh.htm. Acesso em: 07 de janeiro de 2004.

O Presidente do Estado, O Controlador do Estado³⁷, juizes e *dayanim* (juizes religiosos), oficiais de carreira e funcionários públicos não podem se candidatar para as eleições no *Knesset*. Porém, eles podem participar das eleições se renunciarem dos seus cargos cem dias ou seis meses antes das eleições, dependendo da sua posição pública, como a lei especifica determina³⁸.

As eleições para o *Knesset* realizam-se de quatro em quatro anos, mas o *Knesset* ou o Primeiro-Ministro podem decidir antecipá-las ou ainda, prolongar o mandato para mais de quatro anos, dependendo das circunstâncias. Sob o antigo sistema do voto direto para Primeiro-Ministro, o Primeiro-Ministro podia notificar o Presidente para antecipar as eleições. Depois da abolição deste sistema, o Primeiro-Ministro somente tem o direito de recomendar o Presidente para antecipar as eleições, mas o *Knesset* pode vetar a iniciativa³⁹.

As listas que foram aprovadas após passar o limite qualificativo recebem um determinado número de assentos no *Knesset* proporcional à força eleitoral da lista. Isto é feito pela divisão de votos válidos dados às listas que passaram o limite qualificativo, até 120, a fim de determinar quantos votos garantem à lista um assento.⁴⁰

2.4 – A política israelense do 10º ao 15º *knesset*

Diversas mudanças e acontecimentos marcantes ocorreram entre os governos do 10º ao 15º *Knesset*. Os fatos vão desde a invasão do Líbano, em 1982, até o impasse dos Acordos de Camp David, em 2000. O referido período tem grande relevância para o entendimento da política israelense e a sua influência nas relações internacionais do Oriente Médio, pois foi entre os anos de 1981 e 1999 que o parlamento israelense tomou decisões de grande importância. Exemplo disso são as

³⁷ A auditoria de Estado em Israel é direcionada para a análise das atividades da autoridade executiva e se eles tem feito de acordo com os princípios da economia, eficiência, efetividade e integridade moral. A função do Controlador de Estado é definida na Lei Básica: O Controlador de Estado. As descobertas da auditoria são trazidas para os corpos auditores para resposta a fim de proporcionar uma melhoria na administração estatal.

³⁸ The Knesset-The Israeli Parliament. Disponível em: http://www.knesset.gov.il/laws/special/eng/basic2_eng.htm. Acesso em: 07 de janeiro de 2004.

³⁹ The Knesset-The Israeli Parliament. Disponível em: http://www.knesset.gov.il/description/eng/eng_mimshal_beh.htm. Acesso em: 07 de janeiro de 2004.

⁴⁰ The Knesset-The Israeli Parliament. Disponível em: http://www.knesset.gov.il/description/eng/eng_mimshal_beh.htm. Acesso em: 09 de janeiro de 2004.

assinaturas de diversos acordos de paz entre a OLP e os demais países vizinhos, a mudança do sistema eleitoral no que tange o limite qualificativo, as alianças e coalizões dos governos e a disputa eleitoral entre o Likud e os partidos trabalhistas.

Por estas razões faz-se necessário dividir o período mencionado de acordo com os mandatos de cada *Knesset*.

2.4.1 – O 10º *Knesset* (1981-1984)

O partido com maior número de assentos no 10º *Knesset* foi o Likud, com 48, seguido pelo Alinhamento (Maarakh), formado pelo Partido Trabalhista e pelo Mapam, com 47 votos. O Primeiro-Ministro, Menachem Begin, foi reeleito juntamente com sua iniciativa de apoiar o processo de paz com o Egito, resultado alcançado nos Acordos de Camp David⁴¹ e o Acordo de Paz entre Egito e Israel de 1979.

Com relação ao Acordo de Camp David, foi durante o 10º *Knesset* que pôde ser percebido seus reflexos. A sua primeira parte, referente à institucionalização da paz entre Israel e Egito, passou a ser aplicada. Houve repúdio, protesto e revolta por parte dos judeus instalados no Sinai. Já a segunda parte, relativa às negociações para se dar autonomia às regiões de Gaza e Cisjordânia, causou repulsa total pelos palestinos, que se sentiram injustiçados pelo fato de não serem representados pela OLP, ou seja, os palestinos teriam de participar como membros das delegações do Egito ou da Jordânia. Pelo fato de o Egito ter ratificado o referido acordo com Israel, foi expulso da Liga Árabe e condenado ao ostracismo. O governo do Primeiro-Ministro, Begin, inicia-se com a morte de Anwar Sadat, em outubro de 1981 (VILELA, 2002, p.247).

Com o desenrolar das atividades do 10º *Knesset*, a Operação Paz para Galiléia⁴² foi iniciada, em junho de 1982, com o objetivo de por um fim aos ataques

⁴¹ O Acordo de Camp David tinha duas partes, a primeira parte instituiu uma paz claramente formalizada, entre Israel e Egito, marcando a retirada israelense do Sinai e a desmilitarização desse território. A segunda parte propunha negociações para se dar autonomia às regiões de Gaza e Cisjordânia, num prazo de cinco anos.

⁴² A Operação Paz para a Galiléia foi a operação na qual o então Ministro da Defesa, Ariel Sharon, invadiu o Líbano em 1982 visando expulsar daquele país a Organização pela Libertação da Palestina (OLP). A Operação provocou colapso no Líbano e a destruição de Beirute (considerada até então a “Suíça do Oriente”), provocando mais de 20.000 mortes entre os civis libaneses, e deixou como herança a ocupação do sul do país por dezoito anos, sem, no entanto resolver a questão da paz na Galiléia. O Ministro israelense, responsável pela guerra, conhecido no Líbano como “O Carniceiro” e na Palestina como “O Trator”, foi deposto pelo Knesset.

da OLP aos assentamentos israelenses do norte, o qual consistia em expulsar os guerrilheiros de suas bases no sul do Líbano, bem como construir uma área de segurança ao norte de Israel. O maior empecilho para o sucesso da Operação foi o fato de o Ministro da Defesa do governo de Begin, General Ariel Sharon, ter continuado a invasão até sitiarem as forças da OLP em Beirute (SCHEINDLIN, 2003, p.351).

A operação, que havia sido apoiada no início pela maioria dos parlamentares, tornou-se rapidamente motivo de desavenças, manifestadas nas ruas e em debates no *Knesset*, principalmente após o massacre dos refugiados palestinos nos campos de Sabra e Shatilla perto de Beirute, quando Sharon permitiu que a Milícia Falangista Cristã entrassem nos campos para eliminar células terroristas que se acreditava existirem lá⁴³. Vale lembrar que um acordo permitiu que os guerrilheiros palestinos deixassem a capital libanesa e transferissem suas bases para Tunis, na Tunísia (SCHEINDLIN, 2003).

O Comitê Cohen de Investigação⁴⁴, no qual foi estabelecido em novembro de 1982, descobriu que fatores políticos e militares não agiram para prevenir o ato, levando posteriormente Ariel Sharon a renunciar o cargo de Ministro da Defesa⁴⁵.

A Operação Paz na Galiléia causou séria deterioração no *status* internacional de Israel, além de enfraquecer o apoio da comunidade internacional, fortaleceu a posição da Síria no Líbano (SCHEINDLIN, 2003, p. 351).

Após a referida Operação, o Primeiro-Ministro, Menachem Begin, renunciou ao poder, passando o cargo à Yitzhak Shamir em outubro de 1983. Shamir dirigiu as negociações com o Líbano levando a proposta de um Acordo de Paz, nunca ratificado pelo Governo libanês.⁴⁶

⁴³ A invasão e as mortes perpetradas pelas milícias cristã foram realizadas para vingar o assassinato do Presidente libanês Bashir Gemayel, que era cristão, e vinte e cinco dos seus seguidores, num atentado à bomba na semana anterior aos ataques.

⁴⁴ O Comitê Cohen de Investigação foi formado pelo governo israelense em resposta à indignação pública ocorrida nos campos de Sabra e Shatila no Líbano, uma vez que estes territórios estavam sendo controlados pelas forças de defesa de Israel. O Comitê concluiu que Israel foi indiretamente responsável por não ter previsto a violência falangista e instituiu um quadro de recomendações, incluindo a demissão do Ministro de Defesa, Ariel Sharon, bem como do General Rafal Eitan, Chefe do Estado-Maior do Exército.

⁴⁵ The Virtual Jewish Library. Disponível em:

<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/biography/sharon.html>.> Acesso em: 06 de agosto de 2004.

⁴⁶ The Virtual Jewish Library. Disponível em:

<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/biography/shamir.html>.> Acesso em: 30 de julho de 2004.

O 10º *Knesset* também foi marcado pelo aumento de aldeias e vilas palestinas estabelecidas na Judéia e Samaria⁴⁷, com a esperança de que uma autoridade Palestina surgisse, bem como pela adoção da legislação israelense⁴⁸ nas Colinas do Golã⁴⁹, pertencentes à Síria. Outro acontecimento importante foi a remoção completa da Península do Sinai⁵⁰, terminada com a evacuação de Yamit⁵¹ (BEN-HAIM, 2003, p. 50).

Durante o fim do mandato do 10º *Knesset*, os israelenses retiram-se do sul do Líbano, mas a saída só foi completada em 1985, sob o mandato do Primeiro-Ministro Shimon Peres.

2.4.2 – O 11º *Knesset* (1984-1988)

A eleição para o 11º *Knesset* foi disputada entre o bloco da direita religiosa e o bloco da esquerda árabe. Após o empate entre os dois blocos, foi admitido o princípio de revezamento, formalizado em um acordo de coalizão, onde os dois blocos trabalhariam juntos durante o mandato do referido governo, o primeiro liderado por Shimon Peres e o segundo por Yitzhak Shamir.

Durante o governo formado por Shimon Peres, em 13 de setembro de 1984, foi realizada a Operação Moisés que consistia em levar os mais de 8.000 judeus que viviam em condições desumanas na Etiópia e no Sudão para Israel o que demonstrou um avanço significativo na política sionista.⁵²

Outro acontecimento importante ocorrido sob o mandato de Peres foi a retirada das Forças de Defesa de Israel (IDF) do Líbano, bem como o intenso esforço para libertar os prisioneiros israelenses mantidos pelas organizações terroristas naquele país na Operação Paz para Galiléia.⁵³

⁴⁷ Vide anexo II

⁴⁸ Vide anexo III

⁴⁹ Segundo a Organização “Golan”, as Colinas do Golan são uma área vital para a segurança de Israel e para o provimento de recursos hídricos.

⁵⁰ Vide anexo IV

⁵¹ Yamit era uma cidade habitada por israelenses localizada na Península do Sinai. Em abril de 1982, a cidade foi destruída como consequência do Acordo entre o Egito e Israel.

⁵² Israel Association for Ethiopian Jews. Disponível em:

http://www.iaej.co.il/pages/history_operation_moses.htm. Acesso em: 20 de junho de 2004.

⁵³ The Knesset – The Israeli Parliament: Disponível em:

http://www.knesset.gov.il/history/eng/eng_hist11.htm. Acesso em: 26 de junho de 2004.

Após o governo de Peres, em 20 de outubro de 1986, Yitzhak Shamir tomou o poder como Primeiro-Ministro e logo no ano seguinte os palestinos organizaram um protesto geral contra o domínio israelense. A OLP assumiu o controle da rebelião, que passou a ser denominada de Intifada. Os palestinos reivindicavam o domínio de Israel sobre a Faixa de Gaza e a Margem Ocidental. A Intifada apesar de ser uma revolta, era considerada por Israel como uma guerra convencional, o mais interessante era que os manifestantes não usavam armas, as passeatas quase sempre lideradas por adolescentes e a fúria representada com o arremesso de pedras contra os soldados judeus caracterizaram a Intifada (VILELA, 2002, p. 248)

A insurgência palestina continuou com o passar dos anos, ocasionando greves e boicote aos produtos israelenses, a OLP passou a ser notada no cenário internacional e avançou no caminho das negociações de paz, reconheceu as resoluções da ONU sobre a Palestina, o que ocasionou conseqüentemente no reconhecimento do Estado de Israel. Em Israel, a intifada denegriu a imagem da sociedade israelense, os soldados armados repreendiam as manifestações palestinas e a população pressionava o governo para que fossem abertas as negociações de paz com os palestinos (VILELA, 2002, p. 249).

Em 1988 o rei Hussein da Jordânia, desistiu de reclamar direito jordaniano sobre a Margem Ocidental e Arafat havia anunciado estar disposto a reconhecer a existência de Israel, porém Yitzhak Shamir reformou a Ordem para a Prevenção do Terror a qual instituiu que, todos os contatos sem a autorização com a OLP e outras organizações terroristas foram proibidos.

Ao final do 11º *Knesset*, o Likud havia se fortalecido suficientemente para eleger novamente Yitzhak Shamir Primeiro-Ministro durante o 12º *Knesset* em um governo de coalizão com o trabalhista, porém sem o elemento “rotativo”, presente no governo anterior.⁵⁴

2.4.3 – O 12º *Knesset* (1988-1992)

⁵⁴ Jewish Virtual Library. Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/biography/shamir.html>> Acesso em: 30 de julho de 2004.

Sob a liderança do Likud, o 12º *Knesset* também foi um governo de coalizão, foi marcado pela imigração de judeus da União-Soviética sob os auspícios da Operação Salomão⁵⁵, pelo início do Processo de Paz no Oriente Médio e pela continuação das intifadas.

O primeiro grande passo do Governo foi dado em 15 de maio de 1989, Yitzhak Shamir anunciou uma iniciativa de paz, tendo como centro das negociações a abertura de conversas com as autoridades palestinas dos territórios ocupados e a manipulação das eleições naquela região, mas em 15 de março de 1990 a coalizão foi desfeita em um voto de “não confiança”⁵⁶, movido pelos trabalhistas, o que prejudicou nas conversações com as autoridades palestinas.

Em maio de 1990, antes da formação do novo governo, a intifada continuou a assolar a Judéia, Samaria e Faixa de Gaza, diversos ataques terroristas ocorreram, dentre eles vale citar o distúrbio no Monte do Templo durante a Festa dos Tabernáculos, o qual terminou com 20 palestinos mortos e 53 feridos pelas Forças de Defesa de Israel (IDF), e o assassinato de 7 trabalhadores palestinos por Amir Popper em Rishon Letzion.

Em 1991, após a Guerra do Golfo, na qual, a pedido dos Estados Unidos da América, Israel permaneceu passivo, embora sofresse ataques diretos por mísseis *scud* iraquianos, o presidente americano, George Bush, empenhou-se no sentido de realizar negociações entre Israel e seus vizinhos, a fim de se chegar a um consenso entre as nações e dar prosseguimento à iniciativa de paz. Como resultado, foi realizada a Conferência de Madri, ocorrida na capital espanhola no final de outubro de 1991, que teve como resultado a abertura de conversas bilaterais e multilaterais entre Israel e as nações árabes, apesar do Governo israelense declarar não reconhecer a OLP como parceira das negociações (SCHEINDLIN, 2003, p.352).

Com a Conferência de Madri, o número de Estados que mantinham relações diplomáticas com Israel aumentou o que ocasionou uma melhoria significativa no status internacional israelense.

Outra questão discutida foi a negociação de imigrantes da União Soviética, e posteriormente das Repúblicas da ex-união soviética, e, especialmente, a questão

⁵⁵ Conhecida também como *Mitzvá Shlomo*, em 1991, depois da fuga do ditador etíope Mengistu, o novo regime consentiu que Israel organizasse uma operação contínua de transporte aéreo, em troca de 40 milhões de dólares. Assim, em 24 de maio de 1991, na época da festa de *Shavuot*, 14.000 pessoas foram trazidas durante a noite para Israel.

da “Absorção Direta”. Israel investiu excessivamente em habitação e criação de empregos para suportar a grande quantidade de imigrantes. A Operação Salomão realizada em 24 de março de 1991 envolveu o vôo de 15.000 judeus etíopes diretamente para Israel, foi uma das operações promovidas pelo Governo israelense a fim de aumentar a população judaica no país e possibilitar aos judeus exilados retornarem a sua pátria.

2.4.4 – O 13º Knesset (1992-1996)

Com o retorno do Partido Trabalhista na liderança do *Knesset*, percebe-se que os acordos de paz passam a ser a prioridade do governo, o processo de paz iniciado em Madri, começa a avançar sob a liderança de Yitzhak Rabin.

Como fim da Guerra do Golfo, os EUA acreditavam que era a hora certa para avançar com as negociações de paz entre judeus e palestinos. Israel precisava de apoio financeiro e não poderia recusar às pressões diplomáticas americanas, por outro lado os palestinos apoiaram o governo de Saddam Hussein durante a Guerra do Golfo e por sua vez não teriam alternativa, a não ser aceitar a proposta americana (VILELA, 2002, p.257).

Muitas negociações secretas foram realizadas até as reuniões de Oslo, depois da expulsão de 415 ativistas do *Hamas* e da *Jihad* islâmica e a paralisação das conversas em Washington, Israel iniciou negociações secretas com a OLP na Noruega. Em 13 de setembro de 1993, foi assinada a Declaração de Princípios (Oslo I)⁵⁷, que logo em seguida levou Israel a remover suas tropas de Gaza e Jericó reconhecendo pela primeira vez a OLP como representante do povo palestino (SCHEINDLIN, 2003, p.354). O acordo gerou grandes controvérsias entre o povo e o Parlamento, em um “voto de não confiança”, realizado em 23 de setembro de 1993, a maioria do *Knesset* foi contra o referido acordo, 61 votaram contra e 50 a favor, tendo, ainda, 80 abstenções.⁵⁸

⁵⁶ O voto de “não confiança” é utilizado para promover a renúncia do governo. O único governo que foi forçado a renunciar foi o do 12º Knesset, em março de 1990.

⁵⁷ Este Acordo planejou minuciosamente um processo em fases de retirada israelense dos territórios e a tomada gradativa de seu controle pelos palestinos, por meio de uma entidade chamada “Autoridade Palestina”.

⁵⁸ The Knesset-The Israeli Parliament. Disponível em: http://www.knesset.gov.il/history/eng/eng_hist13.htm. Acesso em: 26 de junho de 2004.

Posteriormente, foi assinado o tratado de Paz entre Jordânia e Israel⁵⁹, em Arava, no dia 26 de outubro de 1994. O acordo foi aprovado pelo *Knesset* um dia antes da cerimônia de assinatura pela maioria de 105 a favor, 3 contra e 6 abstinência. O futuro das Colinas do Golã estava no centro dos debates públicos, desde então nenhum progresso foi realizado com as negociações com a Síria.

Um acordo adicional⁶⁰ foi assinado em Taba, no dia 27 de setembro 1995. Israel concordou em retirar suas tropas das cidades da Judéia e Samaria e de áreas adicionais, ampliando o domínio palestino na Cisjordânia. Israel concordou, ainda, que deveria existir eleição para a Autoridade Palestina.

Com as concessões de Israel houve, novamente, manifestações de repúdio do Acordo assinado em Taba, tanto pela parte política como pela parte popular, o que resultou no assassinato do Primeiro-Ministro, Yitzhak Rabin, em Kikar Malchei Yisrael em Tel Aviv, por Yigal Amir, um judeu ortodoxo que agiu independentemente. O evento causou um choque e foi condenado por grande parte da população, apesar da oposição difundida da política governamental (SCHEINDLIN, 2003, p.356).

Com a morte de Rabin, Shimon Peres, assumiu como Primeiro-Ministro, desocupando as cidades da Cisjordânia, conforme previsto em Oslo II, dando novas direções ao processo de paz. Apesar de comprometer-se com a articulação da paz na região, Peres não conseguiu apoio da população que, por sua vez, estava preocupada com o aumento alarmante do crescente número de vítimas de ataques terroristas realizados pelo Hamas e a Jihad, e freqüentemente levados ao *Knesset* pela oposição, especialmente seguido pelas ondas de terrorismo de fevereiro e março de 1996. Com a intensidade das tensões, o governo trabalhista perde credibilidade e a população elege Benyamin Netanyahu do Likud para assumir a cadeira de Primeiro-Ministro.

2.4.5 - O 14º *Knesset* (1996-1999)

⁵⁹ O Acordo de paz entre o Reino Hashemita da Jordânia e Israel, foi assinado pelo Primeiro-Ministro israelense Itzack Rabin e pelo Primeiro-Ministro jordaniano Abdul-Salam Majali. O acordo tinha trinta artigos, cinco anexos referentes à demarcação de fronteiras, assuntos relativos à recursos hídricos, cooperação policial e temas ambientais. O referido acordo reforça o acordo de paz entre Israel e Jordânia.

⁶⁰ O acordo adicional, também chamado de Oslo II, previa a ampliação do domínio palestino na Cisjordânia e a devolução da cidade de Hebron.

O 14^o *Knesset* foi o primeiro *Knesset* eleito paralelamente com eleições diretas para Primeiro-Ministro, adotado pelo *Knesset*. Segundo parlamentares da época, acreditava-se que a instituição de Primeiro-Ministro tornar-se-ia mais forte no relacionamento com o *Knesset*, o que não ocorreu. O novo sistema, que dividia a votação para Premier e para o *Knesset*, resultou na queda significativa do poder dos dois principais partidos, além do aparecimento de diversos partidos pequenos, provocando um enfraquecimento na disciplina partidária e parlamentar⁶¹.

O Primeiro-Ministro, eleito em 18 de junho de 1996, Benjamin Netanyahu, pertencia ao Likud, e a maioria dos assentos do *Knesset* eram dos Trabalhistas confirmando-se as mencionadas dificuldades. Entre os dias 27 e 29 de setembro de 1996, meses após a posse de Netanyahu, o governo israelense decidiu abrir um túnel por baixo da esplanada das Mesquitas, a fim de possibilitar a municipalidade judaica de Jerusalém o que causou uma grande crise marcada por atos de extrema violência nos territórios ocupados, calcularam-se 76 mortos.

O 14^o *Knesset* se dispôs a trabalhar para o progresso da paz com os Palestinos, mas haviam muitas condições para que o processo pudesse fluir em harmonia, demonstração disto foi o Acordo de Hebron⁶², aprovado pelo *Knesset* no dia 16 de janeiro de 1997, por uma maioria de 87 votos a favor, 17 contra e uma abstenção, bem como no Memorando de Wye River⁶³, assinado em outubro de 1998 em Washington.

Com referência ao Acordo de Hebron, é necessário dizer que Hebron era uma cidade com um grande número de palestinos e que no seu centro encontra-se o túmulo de Abraão o que acarretou na formação de uma grande massa populacional judaica assentada na região por volta de 1979. Os judeus eram bem armados e protegidos pelo exército respaldando as agressões aos árabes que viviam, igualmente, naquela cidade (GRESH, 2002, p. 128).

⁶¹ RAHAT, Gideon. "Is the Israeli Government Too Representative?". Disponível em: <<http://www.hooverdigest.org/022/rahat.html>>. Acesso em 10 de agosto de 2004.

⁶² O Acordo de Hebron concedia à parte palestina daquela cidade da Cisjordânia um regime de autonomia, no âmbito do processo de paz de Oslo. Com o apoio americano o governo de Netanyahu e de Arafat acordaram dividir a cidade em duas partes: a primeira parte abrigava os 400 colonos israelenses fanáticos e os 30.000 palestinos, a outra parte foi evacuada.

⁶³ Israel aceita deixar mais 13% da Cisjordânia e libertar prisioneiros palestinos num acordo complementar assinado em 1998, em Wye Plantation (EUA). Em troca, a Autoridade Nacional Palestina se comprometeu a tirar da Carta Nacional da OLP as cláusulas que pregam a destruição de Israel e, ao mesmo tempo, combater o terrorismo. Mas Netanyahu interrompe as retiradas em dezembro, em meio à crise no governo, a ala ultraconservadora não aceita a devolução de territórios. As eleições são antecipadas para maio de 1999.

Com o desenrolar das discussões, os partidos da esquerda reivindicavam que o processo de paz no Oriente Médio estava muito lento, enquanto o lado direito se preocupava com a disposição do Primeiro-Ministro em fazer concessões territoriais em Israel⁶⁴.

2.4.6 - O 15º Knesset (1999-2003)

No início de 1999, os palestinos não acreditavam mais nas negociações, compromissos e na postura assumida pela Autoridade Palestina que por sua vez estava profundamente envolvida em corrupção.

O 15º *Knesset* foi o segundo parlamento desde o estabelecimento do Estado de Israel que teve dois governos liderados por Primeiros-Ministros de dois partidos diferentes. Durante o mandato do 15º *Knesset*, dois Primeiros-Ministros distintos foram eleitos pelo voto direto, em vez de serem eleitos como chefe de uma lista partidária, como vinha sendo o caso anteriormente: Ehud Barak do Partido One Israel (aliança do Partido Trabalhista, Gesher e Meimad) no dia 17 de maio de 1999, e Ariel Sharon do Likud no dia 6 de fevereiro de 2001. A coalizão que cada um deles estabeleceu foi constituída de facções diferentes: sob a gestão Barak, o Meretz foi o principal parceiro do One Israel, enquanto no governo de Sharon, o Labor-Meimad foi o principal parceiro do Likud. Imediatamente após a formação do mandato Sharon foi revogada a eleição direta para Primeiro-Ministro, o velho sistema de votar em uma lista foi novamente instituído e entrou em vigor a tempo para a eleição do 16º *Knesset* melhorando o desempenho da governabilidade em Israel⁶⁵.

O Governo de Barak foi voltado para os acordos e para a retomada das negociações com Arafat, porém Arafat estava receoso em negociar com Barak, mas se dispôs a sentar mais uma vez na mesa de negociação. Surge então as negociações sobre o status final dos territórios palestinos, realizadas em Camp David, em julho de 2000 e tinha por objetivo definir o status final dos territórios palestinos.

⁶⁴ The Knesset-The Israeli Parliament. Disponível em: http://www.knesset.gov.il/history/eng/eng_hist14.htm. Acesso em: 26 de junho de 2004.

⁶⁵ The Knesset-The Israeli Parliament. Disponível em: http://www.knesset.gov.il/history/eng/eng_hist15.htm. Acesso em: 26 de junho de 2004.

No início de 1999, os palestinos não acreditavam mais nas negociações, compromissos e na postura assumida pela Autoridade Palestina que por sua vez estava profundamente envolvida em corrupção, por outro lado, havia um otimismo por parte dos israelenses, apesar das desavenças com relação às concessões, pareceu que Barak estava disposto a continuar com a iniciativa de paz no fronte Palestino em Camp David, bem como no fronte Sírio. Estas desavenças foram freqüentemente expressadas nos debates do *Knesset*. Um ano depois da consolidação do Governo de Barak, as Forças de Defesa de Israel retiraram-se unilateralmente do Líbano (GRESH, 2002, p.132).

Ehud Barak fez a maior proposta apresentada por Israel, concedia autonomia à Palestina sobre toda a Faixa de Gaza e 90% da Cisjordânia. Arafat não aceitou a proposta pelo fato do acordo não entregar Jerusalém Oriental⁶⁶ aos palestinos, nem o retorno dos refugiados. Outro problema foi que os assentamentos judaicos ocupavam 10% do território da Cisjordânia, local onde se encontram as principais fontes de água da região (GRESH, 2002, p.132-133).

Em setembro de 2000, a segunda intifada estourou e com ela a visita provocativa de Ariel Sharon à Esplanada das Mesquitas com o intuito de demonstrar o domínio de Israel na região destruiu qualquer esperança de uma paz permanente. Do lado palestino, as coisas não são melhores, o governo autoritário de Arafat, a corrupção e as lutas pela sucessão, leva o governo a ficar estagnado durante meses (GRESH, 2002, p.132). Em outubro, revoltas estouraram no setor árabe-israelense, no qual treze árabe-israelenses morreram. A fronteira do norte permaneceu relativamente calma apesar das Forças de Defesa de Israel terem sido removidas do Líbano. Em compensação com o estouro da intifada, três soldados israelenses foram raptados e assassinados pela força xiita apoiada pelo Irã, o *Hesbolah*, e um cidadão israelense raptado em uma visita ao exterior.⁶⁷

Em 07 de março de 2001, Ariel Sharon assumiu o governo israelense e separou ainda mais a possibilidade de se estabelecer a paz naquela região. Com a intifada contínua, atos de terror contra Israel aumentaram, bem como os atentados promovidos por homens-bomba palestinos. No dia 23 de outubro de 2001, Reuvhavam Ze'evi, Ministro do Turismo, foi assassinado no Hotel Hyatt em

⁶⁶ Os palestinos desejavam transformar Jerusalém Oriental na capital de seu futuro Estado.

⁶⁷ The Knesset-The Israeli Parliament. Disponível em:

http://www.knesset.gov.il/history/eng/eng_hist15.htm >. Acesso em: 22 de abril de 2004.

Jerusalém por um terrorista palestino⁶⁸. Segundo GRESH, “para a opinião pública, a Segunda Intifada teria mostrado o verdadeiro rosto de Yasser Arafat e testemunharia o seu desígnio secreto de destruir o Estado de Israel” (2002, p. 133).

No dia 29 de março de 2002, a Operação Escudo de Defesa⁶⁹ foi iniciada. Cerca de 450 tanques, 78 bulldôzers, centenas de carros blindados, 15 helicópteros Apache, caças F-16 e tropas estimadas em mais de cinco mil soldados, o Exército de Israel tomou de início a Cisjordânia, de sexta a terça-feira, as cidades de Ramalá, Tulkarem, Qalquilya, Belém, Jenin e Nablus já estavam tomadas. Na quarta-feira, os tanques israelenses entravam em Hebron, deixando apenas Jericó para o domínio total do território palestino. Em Ramalá o líder palestino, Yasser Arafat, foi cercado e isolado no prédio do governo juntamente com alguns assessores, seguranças e pessoas que levavam seu apoio à causa palestina.

Em junho de 2002 a barreira de defesa israelense começa a ser construída, a fim de conter os avanços terroristas. A construção da barreira foi solicitada tanto por parlamentares da direita como esquerda de Israel o que facilitou ainda mais a edificação do mesmo. A esquerda apoiava a barreira desde que respeitasse a linha verde⁷⁰ e a direita, liderada por Ariel Sharon, desejava reunir o maior número de colônias judaicas.

O fim do 15º *Knesset* é marcado pelo impasse nas negociações, pelo aumento das tensões entre Israel e a Autoridade Palestina e a reeleição de Ariel Sharon como Primeiro-Ministro.

⁶⁸ The Knesset-The Israeli Parliament. Disponível em: http://www.knesset.gov.il/history/eng/eng_hist15.htm. Acesso em: 22 de abril de 2004.

⁶⁹ A Operação Escudo de Defesa foi uma operação em reação a uma série de ataques suicidas e de militantes armados da resistência palestina em centros urbanos de Israel e em assentamentos da Cisjordânia.

Capítulo 3 – O posicionamento dos partidos israelenses frente aos acontecimentos externos: anos 80 e 90

Após abordar os conceitos de nacionalismo, democracia, partidos políticos e processo decisório, bem como ter analisado o sistema político israelense e a participação dos *knesset's* nas tomadas de decisões externas entre as décadas de 80 e 90, é mister detalhar neste capítulo os principais acontecimentos ocorridos na referida época, conciliando com os conceitos apresentados no capítulo 1, de forma que possibilite a compreensão da atuação dos partidos políticos no que tange o processo de paz no Oriente Médio e as relações entre os países vizinhos.

Assim, faz-se necessário traçar, ainda, no decorrer deste capítulo, um perfil ideológico entre as posições dos principais partidos regentes nas referidas décadas diante dos acontecimentos mais marcantes, sejam pacíficos ou conflitantes, isto é, será demonstrada a atuação do Likud e da aliança trabalhista, pelo fato de terem sido os partidos mais votados no período proposto para ser estudado neste trabalho.

Portanto, é fundamental dizer que neste capítulo demonstraremos, finalmente, que a medida que as tensões aumentam em Israel, de modo geral no Oriente Médio, a população israelense elege um partido conservador que tem como primazia a segurança por meios militares, ou ao contrário, quando a população sente a necessidade de eleger um partido mais flexível ao processo de paz.

3.1 – O fim da era trabalhista: a Operação Paz na Galiléia (1982)

Após a guerra do Yom Kippur, em 6 de outubro de 1973, o terrorismo e a insegurança assolaram Israel, o apoio internacional era pouco, tanto que a Assembléia Geral das Nações Unidas, por meio da resolução nº 3379, de 10 de novembro de 1979, alegou ser o sionismo uma forma de racismo⁷¹. (vide anexo V).

⁷⁰ Linha verde é uma fronteira criada para manter o armistício dos conflitos árabe-israelense.

⁷¹ United Nations. Disponível em:

É importante lembrar que o sionismo não deveria estar atrelado tão fortemente às questões políticas de Israel a ponto de interferir na sua confiança perante as Nações Unidas. Porém o movimento sionista tornou-se, ao mesmo tempo político e religioso e os interesses da cultura judaica passaram a interferir significativamente no cenário políticos da sociedade israelense, apresentando especialmente nas plataformas dos partidos políticos.

Com isso, cada vez mais diminuía a confiança em Israel, gerando dificuldades econômicas de um lado e receio por parte dos imigrantes de Estados vizinhos, preocupados em serem excluídos da vida política israelense. O povo de Israel estava preocupado com o futuro do país, assustado com a surpresa dos ataques de Yom Kippur e o declínio tanto interno como externo do Estado, elegeu o Likud no dia 30 de junho de 1981, demonstrando que a paz e a segurança dependia da política interna israelense, ou seja, os partidos políticos. Assim, com 30 anos no governo, o partido trabalhista perde a liderança para o direitista Likud (SCHEINDLIN, 2003, p.350).

Os conflitos persistiram e com proporções maiores, mesmo após a Conferência de Camp David de 1978, conduzida por Sadat e Begin, mediada pelo presidente americano, Jimmy Carter, onde Israel havia concordado em devolver todo o Sinai ao Egito, em troca do reconhecimento do Estado de Israel, perdurava uma espécie de “paz fria”. O Primeiro-Ministro, Menachem Begin, expandiu as colônias israelenses nos territórios árabes ocupados na Guerra dos Seis Dias⁷² e iniciou suas primeiras campanhas militares, decidindo por um fim na onda de ataques palestinos que tinham suas bases estabelecidas no sul do Líbano, episódio que ficou conhecido como Operação Paz na Galiléia. Como já mencionado no capítulo anterior, o Ministro da Defesa do mandato de Begin, Ariel Sharon, continuou o ataque até cercar a OLP em Beirute, acarretando o descontentamento da comunidade internacional (SCHEINDLIN, 2003, p.351).

<http://ods-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/000/92/IMG/NR000092.pdf?OpenElement>.>
Acesso em : 24/10/04. É necessário dizer que a referida resolução foi revogada no dia 16 de dezembro de 1991, com 111 votos a favor e 25 contra.

⁷² A guerra dos seis dias foi um conflito armado entre Israel e uma aliança de países árabes, formada por Egito, Síria e Jordânia, e apoiada por Kuwait, Argélia, Sudão e Arábia Saudita. Antes da frente árabe começasse a atacar, Israel resolve iniciar as hostilidades alegando que o terrorismo palestino havia se intensificado e reivindicava o bloqueio do Golfo Acaba, que era ponto de grande importância para os navios israelenses. A guerra levou o referido nome pelo fato de Israel derrotar completamente os adversários em seis dias, anexando a península do Sinai, Cisjordânia, Colinas do Golã e Jerusalem Oriental.

Neste ponto, vale ser frisado que Israel passou por um período de transição que pode ser dividido da seguinte maneira: o fim da guerra do Yom Kippur (1973), a insatisfação da população israelense com os conflitos constantes (por volta de 1977) e o fim da era trabalhista com a ascensão do Likud (1981). Com relação ao mandato do Likud, podemos dividi-lo em duas fases: a primeira sob a liderança de Menachem Begin e a segunda liderada por Itzhak Shamir. Apesar deste período ser caracterizado pelo fim da era trabalhista e pela ascensão do Likud, foi durante o 11º *Knesset* (1984-1988) que se admitiu o princípio de revezamento, formalizado em um acordo de coalizão, ou seja, os dois partidos trabalhariam juntos, o Likud e os trabalhistas.

Sendo assim, se observarmos de maneira analítica o 11º *Knesset*, podemos perceber com maior clareza as prioridades dos dois partidos referidos acima. Durante o governo de Peres (trabalhista), iniciado em 13 de setembro de 1984, as realizações foram voltadas para as questões ligadas ao processo de paz. Apesar do mandato ter sido pequeno, Peres solicitou fosse retiradas as Forças de Defesa de Israel (IDF) do sul do Líbano após os acontecimentos da Operação Paz na Galiléia, mobilizada por Begin no governo passado, enquanto sob os auspícios do governo de Shamir (Likud), iniciado em 20 de outubro de 1986, as tensões aumentaram e as concessões foram mínimas o que deu início a intifada e às modificações das decisões do governo, isto é, a segurança e a defesa passaram a ser prioridade, deixando o processo de paz para um outro momento.

Desta maneira, pode-se anuir que mesmo em um governo de coalizão, onde dois blocos trabalham juntos, em revezamento, como foi o caso do 11º *Knesset*, percebe-se a influência da política interna nas decisões externas, especialmente no que tange os partidos políticos e o processo decisório, ou seja, a política externa, no caso de Israel, necessita de certa maneira do jogo interno de poder, apesar de existirem outros fatores internacionais, e não internos, que afetam o processo de paz, como por exemplo, a posição dos Estados Unidos, forte aliado de Israel, dos países árabes, da Europa, dentre outros. Fatores esses sobre os quais os atores internos não têm controle.

Na verdade a onda de terror não diminuiu com o Likud no poder, pois em 1987 surgiu a intifada e isto levou a população a acreditar que o caminho da paz parecia estar cada vez mais longe, reelegendo o governo linha dura do Likud, como será analisado no próximo tópico.

3.2 - A Primeira Intifada (1987)

Com o descontentamento dos palestinos, em exílio, cercados por miséria e completamente desalojados após serem escorraçados no Líbano, os habitantes de Gaza e da Cisjordânia não acreditavam nas promessas da OLP e dos países árabes, nem acreditavam na possibilidade da criação de um Estado palestino, estavam totalmente transtornados com a atual situação socioeconômica em que viviam, o que gerou uma revolta contra o exército israelense, e, posteriormente, uma revolta contra o Estado de Israel, mesmo sabendo que não tinham condições de enfrentar o poderio bélico de Israel. Essa revolta ficou conhecida como intifada e teve repercussão no mundo inteiro. Como abordado no capítulo anterior, a intifada foi caracterizada por ser uma revolta sem a utilização de armas, onde as pedras eram o principal armamento, tanto de crianças como de adultos, o objetivo era insultar o exército israelense presente no suposto território palestino. A revolta foi tomando grandes proporções até a OLP assumir a direção dos ataques e perceber que a violência só levaria à destruição dos palestinos (VILELA, 2002, p.248).

Percebe-se, neste momento, que a intifada foi um meio de demonstrar a pobreza pela qual os palestinos estavam passando, por meio do atirar das pedras passavam a imagem de que não disponham de armas para se defender, o que chamou atenção de toda a comunidade internacional, até mesmo dos próprios israelenses, para mostrar o quão difícil estava viver naquela situação conflitante. Assim, fica claro o quanto a intifada influenciou a direção da OLP, representada por Arafat, a negociar com Israel, por intermédio das Nações Unidas e dos Estados Unidos, e vir a reconhecer, em novembro de 1988, o conjunto das resoluções da ONU sobre a Palestina, o que incluía as resoluções 242 e a 338, e posteriormente veio a negar qualquer atividade terrorista, proclamando o Estado da Palestina, reconhecido por 90 países. Muitos morreram, mas foram conclamados como mártires da intifada e apreciados pelo povo palestino como verdadeiros heróis (VILELA, 2002, p.249).

Contudo, em Israel, a intifada causou uma mudança tanto no cenário político, como social, pois muitos soldados israelenses acreditavam ser injusto atirar contra civis armados com pedras e desta forma recusaram as ordens de repressão, até porque a imagem de Israel estava completamente deteriorada no cenário

internacional. Assim, muitas manifestações cresciam dentro de Israel, os israelenses reivindicavam por uma abertura das negociações com a OLP, estavam insatisfeitos com as ameaças iminentes que ocorriam todos os dias e ao mesmo tempo acreditavam que era desarrazoado a repressão com armas aos “ataques” palestinos. As proibições feitas pelo governo de Israel aos cidadãos não surtiam mais efeito, autoridades de Israel e personalidades importantes encontravam-se com Arafat na Tunísia (VILELA, 2002, p.249).

Dessa vez ficou claro visualizar que ocorreu o contrário do que havia acontecido no fim da era trabalhista, pois no fim do mandato do Likud o povo pedia por paz e não por “guerra”. A população estava cansada das tensões e do perigo que corriam, sejam nos assentamentos, sejam nos territórios do Estado israelense, por outro lado nota-se que muitos palestinos não estavam tão interessados em tornarem-se mártires, esta não era a vontade do Eterno (GRESH, 2002, p.125). Assim percebemos mais uma vez que a pressão interna condiciona, no caso de Israel, os fatores externos, porém neste período a população optou por um partido que contribuísse mais pacificamente com as negociações do processo de paz, isto é, um governo voltado para a negociação política.

Apesar da abertura das negociações com a Autoridade Palestina terem sido iniciadas durante o governo de Shamir, em 1988, onde a população pedia por paz, não adiantou de muita coisa, pois se sabe que o período que antecede a Conferência de Madri foi conturbado, ou seja, durante o 12º *Knesset* houveram iniciativas de paz, porém foram pequenos os avanços obtidos nesta época, até por que a intifada não havia cessado, regiões como a da Judéia, Samaria e Faixa de Gaza, com grande população palestina e de significativos números de colônias israelenses, ainda sofriam diversos ataques terroristas, como visto, igualmente, no capítulo 2.

Portanto, cabe lembrar que este foi um período de conscientização, onde os israelenses perceberam que para manter a segurança não bastava o poderio militar, teria de se chegar a um consentimento entre as nações, e foi por esta razão que em 23 de junho de 1992, a população israelense preferiu eleger a aliança trabalhista novamente, para continuar com o processo de paz iniciado na Conferência de Madri, em outubro de 1991, pois a agenda do referido partido era voltada para a negociação pacífica com os países vizinhos, possibilitando um avanço no processo

de paz e a continuação das discussões da Conferência, com Itzhak Rabin na liderança do governo israelense.

Assim, passamos para a análise do perfil político dos partidos israelenses durante a Conferência, bem como suas conseqüências para o andamento do processo de paz entre Israel e a Autoridade Palestina.

3.3 – A Conferência de Madri e as suas conseqüências para as negociações do processo de paz no Oriente Médio (1991-1994)

Antes de Itzhak Rabin assumir o posto de Primeiro-Ministro representando o partido trabalhista, é mister esclarecer que como antecedentes da Conferência de Madri, observam-se as conseqüências da Guerra do Golfo, bem como a queda da União Soviética, fatores que levaram o presidente Bush a esforçar-se para instituir as relações entre Israel e as nações árabes. Destaca-se que esta foi a primeira vez em que os representantes de ambos os lados estiveram frente a frente. Até então, Israel negava-se a reconhecer a OLP, aceitava participar das negociações, mas não admitia a existência de uma Autoridade Palestina (SCHEINDLIN, 2003, p.352).

Por esta razão, o período que intitula este tópico pode ser dividido em dois: o primeiro marcado pelo início das negociações da Conferência, com o Likud ainda no poder (1991); e o segundo caracterizado pelo avanço do processo de paz, sob o controle da aliança trabalhista (1992).

Após o governo trabalhista ter tomado posse, surge a possibilidade de um acordo. Com Rabin e Peres trabalhando juntos, parecia que as negociações para o avanço da paz começavam a desenrolar-se. Rabin era um antigo general linha dura que lutou na Guerra da Independência e posteriormente na Guerra dos Seis Dias, mantinha uma profunda preocupação com a segurança de Israel e com as questões militares, porém era filiado à aliança trabalhista e juntamente com ele estava seu Ministro das Relações Exteriores, Shimon Peres, que o incentivou a dialogar pela primeira vez com a OLP (SCHEINDLIN, 2003, p.354).

Convocada pelos Estados Unidos e a ex-União Soviética, a Conferência de Madri foi uma das maiores iniciativas de paz ocorridas nos últimos anos. Foi dividida entre dois tipos de negociações: o canal bilateral que é responsável pela resolução das controvérsias ocorridas no passado e o canal multilateral, destinado à

construção de um futuro melhor para a convivência harmônica entre as nações do Oriente Médio.⁷³

Sobre a Conferência de Madri é necessário destacar, ainda, os avanços perpetuados pelo mandato trabalhista, a saber: negociações líbano-israelense, negociações sírio-israelenses, negociações israelo-palestinas e negociações jordano-israelenses. Desta maneira, iremos abordar cada negociação de maneira sucinta a fim de explorar a participação do partido trabalhista nas negociações, uma vez que nesta época o governo estava sob seu mandato.

A respeito das negociações sírio-libanesas, é mister dizer que Israel concordou com as iniciativas de retirada das tropas israelenses das Colinas do Golã, desde que o acordo de paz incluísse quatro questões chaves: a profundidade da retirada, o cronograma e a duração da retirada, as etapas da retirada e sua relação com a normalização e um acordo sobre disposições de segurança. Com isso, Israel acreditava que com os encontros públicos entre autoridades sírias e israelenses o estímulo entre ambos os governos daria maior força ao processo da paz entre Israel e Síria⁷⁴. A participação do partido trabalhista nesta negociação com a Síria foi crucial, pois o Primeiro-Ministro, Itzhak Rabin, declarou que Israel deveria negociar com a Síria um acordo de paz e que este acordo deveria tratar da retirada significativa das tropas israelenses do Golã, mas devido às controvérsias ainda existentes por parte de ambos os governos, a retirada não foi realizada.

Nas negociações com o Líbano é importante lembrar que a política síria afeta drasticamente no processo decisório libanês por ocasião da guerra civil entre os drusos-muçulmanos e a aliança maronita cristã que levou o exército libanês a se fragmentar em facções rivais, deixando o governo paralisado. Em 1976 quando a aliança esquerdista vence no Líbano, a Síria passa a apoiar a aliança maronita cristã, mas quando os cristãos passam a apoiar Israel, a Síria rapidamente muda de lado e passa a dominar o território e as instituições libanesas.

Por esta razão, a relação líbano-israelense é prejudicada, agravando o andamento das negociações. Mesmo assim, ocorreram diversos encontros com as

⁷³ Israeli Ministry of Foreign Affairs. Disponível em: http://www.mfa.gov.il/MFAES/MFAArchive/1990_1999/1999/10/EI%20Marco%20de%20la%20Conferencia%20de%20Madrid. Acesso em: 18/10/04.

⁷⁴ Israel Ministry of Foreign Affairs. Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace%20Process/Guide%20to%20the%20Peace%20Process/Israel-Syria%20Negotiations>. Acesso em 18 de outubro de 2004.

autoridades libanesas. Houve proposta de acordo com o Líbano no qual Israel declarou que não estava interessado em territórios libaneses e sim na manutenção da segurança da fronteira ao norte de Israel. Como as negociações com o Líbano foram suspensas em 1994, as referidas questões retomadas em 1998, que serão abordadas posteriormente no item referente às considerações finais⁷⁵.

Com referência às negociações israelo-palestinas, que são as de maior repercussão, vale lembrar que foi por meio da Conferência de Madri que se iniciou o processo de mediação com a autoridade palestina. As negociações foram vantajosas e lucrativas para ambas as partes e tiveram conseqüências durante todos os anos seguintes. Sobre as referidas negociações é importante destacar um dos acordos que teve maior repercussão na história das negociações entre Israel e Palestina que foi o acordo de Oslo de 1993, realizado, igualmente, sob o mandato do governo trabalhista que será abordado especificamente no próximo item deste trabalho.⁷⁶

Por fim, passamos para uma abordagem das negociações jordano-israelense. Como as demais negociações apresentadas até agora, as negociações jordano-israelense começaram na Conferência de Madri e prosseguiram até a assinatura da Agenda Comum Israel-Jordânia, de 14 de setembro de 1993, que abordava questões referentes à segurança, recursos hídricos, refugiados e pessoas deslocadas, fronteiras e assuntos territoriais.⁷⁷

Mais uma vez, sob os auspícios do governo trabalhista, o premier, Itzhak Rabin, reúne-se com autoridade estrangeira em prol do avanço do processo de paz, dessa vez com o Rei Hussein da Jordânia, onde assinam, em Washington, uma Declaração que previa o fim do estado de beligerância entre ambas as nações, a busca conjunta pela paz justa, duradoura e compreensiva baseada nas resoluções 242 e 338 da ONU, e o respeito israelense ao Reino Hashemita nos lugares sagrados muçulmanos em Jerusalém. Como conseqüência das negociações realizadas entre as duas nações, foi concluído em 26 de outubro de 2004, o Tratado

⁷⁵ Israel Ministry of Foreign Affairs. Disponível em: <<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace%20Process/Guide%20to%20the%20Peace%20Process/Israel-Lebanon%20Negotiations>>. Acesso em: 18/10/04.

⁷⁶ Israel Ministry of Foreign Affairs. Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace%20Process/Guide%20to%20the%20Peace%20Process/Israel-Palestinian%20Negotiations>. Acesso em: 18/10/04.

⁷⁷ Israel Ministry of Foreign Affairs. Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace%20Process/Guide%20to%20the%20Peace%20Process/Israel-Jordan%20Negotiations>. Acesso em: 18/10/04.

de Paz entre Israel e Jordânia e as relações diplomáticas estabeleceram-se em 27 de novembro do mesmo ano, como será demonstrado em um item específico deste capítulo, favorecendo o progresso das relações entre ambos os países⁷⁸.

Conforme apresentado, notamos o quão importante foi a participação do partido trabalhista neste período da política israelense, onde Israel, bem como as nações vizinhas preferiram optar por uma resolução das controvérsias por meio da cooperação, perceberam, ainda, que ganhariam muito mais com as negociações diplomáticas. A solução para os conflitos parecia estar muito próxima da realidade.

Além dos partidos políticos, é importante notar a participação de outras associações independentes como as Organizações Não Governamentais (ONG's) e entidades de cúpula de ambos os lados que contribuem para educação e esclarecimento cívico, proporcionam informação e espaço para debater as idéias possibilitando criar o senso crítico na população a ponto de tomar suas próprias decisões.

A Conferência de Madri, pontapé inicial para os quatro referidos avanços das negociações entre Israel e as nações árabes vizinhas foi o momento de maior esplendor do partido trabalhista, bem como marco histórico das negociações pela paz no Oriente Médio. Nessas circunstâncias, pode-se dizer que durante esta época, nem o nacionalismo marcante de ambos os lados, religioso e fundamentalista, pôde impedir que a democracia israelense efetuasse seu trabalho de prosseguir com os avanços da paz, respondendo pelos anseios das sociedades árabe e israelense.

3.4 – Os avanços da paz com os acordos de Oslo e suas falhas (1992-1993)

Após um ano da Conferência de Madri, a pressão americana por um acordo definitivo de paz aumenta, principalmente por ocasião do término da Guerra do Golfo. Como mencionado no item anterior, as negociações secretas entre a Autoridade Palestina e o Governo de Israel iniciam-se em Oslo durante os anos de 1992 e 1993, após a vitória do partido trabalhista em Israel.

A estratégia do partido trabalhista para vencer as eleições de 1992 foi muito sábia: substituiu-se o pacífico chanceler Shimon Peres à indicação à Primeiro-Ministro, que ao longo de sua carreira demonstrou ser o mais diplomático possível,

⁷⁸ Idem

pelo general linha dura, Itzhak Rabin, “que costumava dizer que gostava de quebrar osso de palestinos” (VILELA, 2002, p.258). Essa substituição agradava tanto o lado israelense como o lado palestino, pois para o lado israelense o partido trabalhista estava colocando a frente um general com um negociador, o que garantiria tanto a segurança como a paz, ou seja, um suposto equilíbrio. O eleitor israelense confiava que Rabin não o desapontaria, pois os possíveis acordos assinados não prejudicariam as fronteiras israelenses. Já para o lado palestino era benéfico apoiar o partido trabalhista que tinha uma trajetória mais voltada para as questões ligadas à resolução de controvérsias por meios pacíficos do que eleger o Likud novamente.

Com isso, “Yasser Arafat recomendou aos 900 mil palestinos que tinham o direito de votar nas eleições israelenses, que sufragassem o candidato trabalhista” (VILELA, 2002, p.258). Arafat percebeu o quão importante era eleger o partido trabalhista para os avanços do processo de paz e a retomada da confiança do povo palestino, uma vez que seria impossível eleger qualquer partido palestino com poucos votos.

Durante as negociações secretas, israelenses e palestinos assinam uma Declaração de princípios sobre o período transitório e de autonomia das regiões sob o domínio israelense e aceitam reconhecer a necessidade de se chegar a um consenso para o progresso da paz entre ambos os povos. Sendo assim, no dia 13 de setembro de 1993, em Washington, Yasser Arafat e Itzhak Rabin proporcionam um momento único nos jardins da Casa Branca, apertando as mãos e assinando um tratado de paz batizado de Oslo no qual ambos se reconhecem.

Como é do nosso conhecimento, os acordos de Oslo previam o seguinte:

“um período de autonomia de cinco anos na Cisjordânia e Gaza, durante o qual uma Autoridade Palestina administraria a vida dos palestinos. O exército de ocupação deveria retirar-se das cidades e aldeias, mas continuaria a controlar as fronteiras exteriores assim como a garantir a segurança dos colonos. Os principais temas polêmicos [relacionados ao] traçado das fronteiras, Jerusalém, refugiados, colonos, [dentre outros] ficariam ‘suspensos’, e seriam objeto de negociações para um acordo permanente, que deveriam começar no terceiro ano da autonomia, ou seja, em maio de 1996.” (GRESH, 2002,125-126)

Pode-se dizer que o ponto principal do referido tratado era que Israel reconheceria a existência da Palestina, e por outro lado “a OLP aceitaria um processo de autonomia territorial ultragradual que começaria com os territórios da faixa de Gaza e pela cidade de Jericó, em território cisjordânico” (VILELA, 2002, p. 258).

É válido dizer que a assinatura do tratado de paz com a palestina provocou no mundo a sensação de que havia esperança no “caldeirão de conflitos” que o Oriente Médio enfrentava. O respaldo do mencionado tratado foi tão grande que atualmente os acordos de Oslo são conhecidos como o maior avanço pela paz no Oriente Médio.

Resta salientar agora algumas falhas que existiram tanto no decorrer da assinatura do tratado, como as conseqüências posteriores que prejudicaram o andamento da paz em um futuro próximo. Pode-se dizer, de início, que uma das falhas foi o prévio conhecimento que Arafat tinha de que a proposta assinada não seria bem vista pela grande maioria da população palestina, porém não tinha escolha, uma vez que a situação econômica após apoiar o Iraque na Guerra do Golfo não andava nada bem para o lado palestino e, por outro lado, Rabin não rejeitaria a ajuda financeira concedida pelos Estados Unidos de 10 bilhões de dólares (VILELA, 2002, p. 258).

Uma das questões de extrema importância para a argumentação das falhas do processo de Oslo é o fato de que ambos os lados acreditavam que o tratado assinado em Oslo beneficiava mais o outro do que a si próprio. A verdade é que o tratado a princípio favorecia Israel pelo fato de não prever a criação de um Estado palestino, nem que Jerusalém Oriental estaria sob autonomia palestina. Contudo, haviam, igualmente, desvantagens para Israel: a direita israelense não admitia munir os palestinos em troca de garantias puramente verbais (DUPAS & VIGEVANI, 2002, p.48).

Ademais, podem-se enunciar cinco pontos que contribuíram para as falhas dos acordos de Oslo, a saber: a ocupação permanente israelense em territórios destinados aos palestinos que é caracterizado pelas expropriações de terra, o fornecimento de água e o aumento dos conflitos entre soldados israelenses e terroristas palestino, bem como simpatizantes e parentes; o déficit democrático⁷⁹, ou

⁷⁹ Dupas e Vigevani referem-se à diminuição da representação palestina devido à estrutura autoritária da política palestina.

seja, os partidos palestinos não estavam tão presentes na política israelense justamente porque Arafat recomendou aos palestinos para que fosse dado apoio ao partido trabalhista, isto é, “o Acordo de Oslo quase não tinha sido discutido em público antes de ser oficialmente aceito por ambas as lideranças” (DUPAS & VIGEVANI, 2002, p. 50), tanto é que, na medida em que os resultados iam tornando-se concretos, ele ia tendo embasamento populacional, até que estes resultados ficassem claros, o apoio populacional sofreria; os palestinos não conseguiram desenvolver sua interdependência econômica com Israel, pois Israel investia muito pouco nos territórios palestinos, aproveitando-se da mão-de-obra palestina e com isso era visto pela comunidade internacional como explorador, aumentando as desigualdades sociais e piorando, ainda mais, as relações externas de Israel com as de seus vizinhos.

Outro fator que levou às controvérsias do Acordo de Oslo foi o aumento do fundamentalismo islâmico que preocupava Israel e poderia vir a causar danos maiores às negociações. Juntamente a este fator, adiciona-se o que DUPAS & VIEGEVANI chamam de educação para paz (2002, p.52). Esta educação é referente à abordagem e as discussões que se faziam ausentes em ambas as sociedades: israelense e palestina. As duas sociedades queriam o controle da situação para si, o que impede, até hoje, uma resolução benéfica para os dois, bem como a conscientização deturpada aos filhos quando crianças, o que agrava o ódio entre ambos os povos.

Nota-se, neste tópico, que o período em que os trabalhistas assumiram o governo, houve uma época de esperança e progresso nas negociações de paz, uma das maiores dos últimos 20 anos. A comunidade internacional estava ansiosa para ver Rabin e Arafat apertando as mãos em um gesto que possivelmente chamou atenção de todos aqueles que não acreditavam em uma desejável paz no Oriente Médio, a assinatura do acordo de Oslo foi um dos maiores passos dados por ambos os lados em relação ao processo de paz no Oriente Médio.

O problema veio depois, devido às falhas apresentadas anteriormente unidas à outros fatores, como por exemplo o nacionalismo de ambos os lados, apresentados em Israel pelas pressões de outros partidos, especialmente os conservadores e os religiosos que foram os “articuladores” dos entraves do Acordo de Oslo, e os terroristas palestinos que não reconheciam a legitimidade dos acordos, acarretando na demora e no fim das negociações, como veremos no próximo tópico.

3.5 – Tratado de paz com a Jordânia e o assassinato de Rabin (1994-1995)

As tensões entre Israel e palestinos aumentaram drasticamente no final de 1994, pois diversos grupos ultranacionalistas e religiosos não concordaram com as propostas feitas durante os acordos de Oslo, a ampliação do domínio palestino na Cisjordânia prejudicava boa parte dos colonos israelenses cuja maioria era religiosa. O nacionalismo dos dois lados, palestino e israelense, demonstrou como as duas partes sentiam-se traídas pelo acordo.

Os fundamentalistas islâmicos, principalmente os dos Hamas⁸⁰, não estavam dispostos a aceitar o reconhecimento do Estado judeu, bem como o da Autoridade Palestina, que é fruto do reconhecimento do Estado de Israel pelos dirigentes da mesma.

Segundo CASTELLS, vale dizer que, sobre o fundamentalismo islâmico, podemos anuir que a pressão que o Hamas fez à criação de um Estado palestino sob a liderança de Arafat, seja uma das maiores demonstrações do nacionalismo árabe e do fundamentalismo islâmico (1999, p.29). Assim, podemos afirmar que “a religião é um cimento paradoxal para o protonacionalismo, e de fato também para o nacionalismo moderno” (HOBSBAWM, 1990, 83).

Percebe-se que a religião está intimamente relacionada ao nacionalismo no caso de muçulmanos e judeus, especialmente pelo fato de ser caracterizada pelo fundamentalismo judaico de um lado; que não aceita a criação de um Estado palestino e nega-se a retirada de assentamentos de áreas destinadas à criação do mesmo; e por outro lado, pelo fundamentalismo islâmico que nega, igualmente, reconhecer a legitimidade do Estado de Israel, bem como de qualquer governante que a reconheça.

Esse fundamentalismo de ambos os lados nos leva afirmar que o impasse do processo de paz durará por muitos anos, até que os dois povos aceitem reconhecer entre si que as diferenças não podem vir a transformarem-se em desigualdades e disputas territoriais.

⁸⁰ Segundo a Embaixada americana em Brasília, “o Hamas é um grupo extremista que busca a destruição total do Estado de Israel. É um dos grupos terroristas mais perigosos no mundo, hoje”.

De outra forma temos a população judaica, que em sua expressiva maioria negava-se aceitar o reconhecimento de uma ex-organização terrorista, estabelecida com o objetivo de destruir Israel e sua população, principalmente os ortodoxos que não abriam mão de qualquer território israelense.

Um Acordo adicional, também chamado de Oslo II, foi levado a cabo posteriormente por Peres, porém não teve a mesma repercussão de Oslo I, apesar de prever o aumento do domínio palestino na Cisjordânia e na cidade de Hebron, assinado em setembro de 1995, por Rabin (GRESH, 2002, p.129). Porém este acordo não atendeu as expectativas, o cenário começava a piorar novamente devido ao forte nacionalismo das duas regiões e à negação de ambas sociedades reconhecerem-se. Mas as coisas desandaram definitivamente quando no dia 4 de novembro de 1995, Itzhak Rabin resolve liderar uma grande manifestação em prol da paz, em Tel Aviv onde é assassinado por um extremista judeu.

Mais uma vez o nacionalismo, dessa vez judaico, impede que as negociações de paz continuem. Com isso, são encerradas as negociações, ambas sociedades revoltam-se, a onda de terror inicia-se novamente e o cenário político e social de Israel volta a se preocupar com as questões relacionadas à segurança do país. Sobre isso, vale dizer que Rabin era o único que tinha a legitimidade do povo, o que favorecia o desempenho do processo decisório dos partidos, bem como aumentava as possibilidades de se chegar a um consenso com a Autoridade Palestina.

Com a morte de Rabin, Peres assumiu a cadeira de Primeiro-Ministro juntamente com a vontade de continuar com as negociações de paz, apesar de estarem bem frias. O fato é que Peres não tinha tanto apoio do povo como Rabin, acarretando na perda do mandato.

Assim, o aumento dos ataques terroristas, levou a população novamente a eleger alguém que passasse a se preocupar com a segurança mais do que com a paz, e o eleito foi Benyamin Netanyahu do Likud. A população não confiava mais na política trabalhista e preferiu optar novamente pela segurança militar prometida pelo Likud. Isto nos leva a afirmar mais uma vez que o jogo interno de poder de Israel afeta as decisões externas.

Isto nos faz remontar aos conceitos de comunidade apresentado no capítulo 1, ou seja, a comunidade, representada neste ponto pelos colonos, cuja maioria é composta por judeus ortodoxos, busca segurança por meio da eleição do Likud, que por sua vez é coligado à partidos religiosos que representam os interesses dos

assentamentos judaicos de assegurar a permanência judaica em território destinado aos palestinos.

Isto nos mostra mais uma vez que a religião é um meio de unir os cidadãos com interesses comuns de estabelecer uma comunhão e de certa forma garantir proteção, seja ela espiritual ou por meio da força. Sendo assim, podemos afirmar novamente que os cidadãos membros de uma comunidade sentem-se seguros e protegidos, especialmente se essas comunidades forem religiosa, pois os membros fogem da realidade e se estabelecem em um “paraíso perdido” (BAUMAN, 2003, p.9).

É interessante mencionar que o Likud, neste período, apoiava os colonos e os judeus ortodoxos, em sua maioria, tanto nas novas construções em Jerusalém Oriental, com destaque para o assentamento de Har Homa em Jabal Abu Ghneim, no bairro de Ras Al-Amud, como na permanência dos assentamentos em territórios palestinos, o que causava grandes transtornos. Apesar do terrorismo estar relacionado ao povo palestino, é importante mencionar que as injustiças também eram cometidas por parte dos judeus, especialmente os ortodoxos, assim podemos lembrar “o incidente em Hebron em 1994, quando um colono judeu ortodoxo assassinou 29 árabes que rezavam no Túmulo dos Patriarcas” (SCHEINDLIN, 2003, p.357).

Sendo assim, podemos finalizar este período demonstrando que o aumento do fundamentalismo caracterizado pelo nacionalismo extremado unido às questões religiosas levam, igualmente, ao aumento das tensões e dos impasses nas negociações para o progresso da paz, que serão analisados com maior profundidade no cenário criado pelo Primeiro-Ministro Netanyahu, relatado no próximo tópico.

3.6 – O Protocolo de Hebron e o Memorando de Wye River (1997-1998)

Após cinco anos da Conferência de Madri, o cenário do Oriente Médio era preocupante. Apesar dos avanços da mesma, marcados pelo Acordo de Oslo e o tratado de paz com a Jordânia, percebe-se que durante o final do mandato do 14º *Knesset*, liderado por Peres, após a morte de Rabin, as relações de Israel com o mundo árabe estavam estreitando-se, especialmente no que tangia o desenvolvimento econômico (AMI, 1997, p. 55).

A população desacreditada em uma possível paz e em um novo acordo com os palestinos procurava segurança, e a medida do possível, paz. O parlamento israelense decidiu inovar nas eleições para o 14º *Knesset* e resolveu instituir a eleição direta para Primeiro-Ministro, abordada no capítulo 2.

Nessas condições, tendo em vista a ansiedade da população por segurança, Benyamin Netanyahu é eleito Primeiro-Ministro com o lema “segurança e paz”, o que motivava a população. O Likud retornava ao poder com a figura do jovem Netanyahu, conservador e quase 30 anos mais novo do que Rabin e Peres. Chegou ao poder com total diferença de pensamento de seus antecessores e era apoiado por diversos setores da comunidade israelense, desde conservadores da extrema direita, religiosos, judeus ultra-ortodoxos e até mesmo grande parte da camada social, insatisfeita com a situação atual de Israel (SCHEINDLIN, 2003, p.356).

Um dos primeiros problemas que podemos destacar no mandato de Netanyahu é a falta de maturidade com que ele administrou seus primeiros meses de governo. Sua pouca experiência e o tratamento dado ao processo de paz o levaram a severas críticas da comunidade internacional. Netanyahu acreditava que para que se conseguisse a paz não eram necessários sacrifícios, era uma questão de tempo (HADAS, 1999, p.12). Acontece que o tempo só dificultou mais no caso dele.

Calcula-se que Netanyahu foi eleito pelas condições favoráveis que Israel se encontrava e pelo desejo da população em por um fim às eminências de um ataque maior, proveniente não só da população palestina, mas, adicionalmente, do mundo árabe. Pode-se mencionar, ainda, outra grande variável, que foi o fato de ser candidato pelo partido cujo histórico sempre foi voltado para questões militares e de defesa nacional, favorecendo, assim, sua ascensão ao poder, tendo em vista que a população pedia por segurança.

Durante seu mandato, as negociações pela paz não foram muitas, porém pode-se dizer que dois passos foram dados: o primeiro foi o Protocolo de Hebron, que tratava das áreas sob domínio israelense e palestino na cidade de Hebron e o outro foi o memorando de Wye River Plantation, onde Israel aceitou entregar 13% da Cisjordânia aos palestinos, bem como libertar alguns prisioneiros, o que seria um acordo complementar ao de Oslo II. Em contrapartida a Autoridade Palestina comprometeu-se em remover da Carta Nacional da OLP as cláusulas que proclamavam a destruição de Israel e, ao mesmo tempo, comprometeu-se em

combater o terrorismo palestino, a fim de evitar os constantes ataques que assassinavam centenas de civis. Porém, como será abordado, a seguir, nada disso foi cumprido.

Para entendermos de maneira objetiva o protocolo de Hebron é necessário elucidar brevemente a origem das disputas territoriais na cidade de Hebron, sendo assim, é mister frisar que a partir de 1979, a autoridade palestina alegou que no coração da cidade de Hebron, onde se encontra o Túmulo de Abraão, patriarca da civilização judaica, centenas de judeus ortodoxos fixaram-se ali com o objetivo de agredir a população muçulmana e reivindicar a porção da cidade considerada sagrada para os judeus, como visto no capítulo anterior. Assim, em janeiro de 1997, sob proteção americana, o governo israelense, representado por Netanyahu, e a Autoridade Palestina, representada por Arafat, assinaram o mencionado protocolo, com vistas a por um fim nos impasses entre palestinos e israelenses habitantes naquela cidade (GRESH, 2002, p.128).

Sobre o Protocolo de Hebron, o que devemos nos ater é para o que o protocolo chama de “pautas para Hebron”. São nestas pautas que se encontram os principais pontos do protocolo de Hebron, onde se delimitam duas distintas áreas em Hebron, como já mencionado. A primeira é H-1, onde todas as responsabilidades são transferidas aos palestinos, e a outra é H-2, onde as responsabilidades de segurança permanecem a cargo de Israel enquanto que os palestinos serão responsáveis pelas questões municipais e civis⁸¹.

Durante a elaboração do protocolo de Hebron ficou claro que haveria a necessidade de se acordar posteriormente, de maneira específica, a retirada das tropas israelense, isto é, as partes concordaram que seria necessário retirar as tropas da cidade de Hebron, mas ficou acordado que era necessário um outro encontro para delimitar de maneira específica como seria efetuada esta retirada.

Assim, entramos em um ponto chave das negociações sobre a cidade de Hebron, pois Israel acordou que deveria ser efetuada a retirada das colônias israelenses dos territórios ocupados até 28 de março de 1996, porém a data foi postergada pelo governo israelense, o que deixou a sociedade palestina enfurecida.

Contudo, vale lembrar que Israel sofreu uma onda de ataques terroristas durante os anos em que Netanyahu estava no poder. Com estes acontecimentos, o

⁸¹Embaixada de Israel em Madri. Disponível em: <<http://www.embajada-israel.es/embajada/t-f-6-6.html>>. Acesso em: 18/10/04.

governo israelense afirmou que a Autoridade Palestina não estava cumprindo com o protocolo, ou seja, não estava esforçando-se para amputar a articulação das redes terroristas do Hamas e da Jihad Islâmica, o que ocasionou no não cumprimento da retirada das Forças de Defesa de Israel (IDF) da cidade, a fim de garantir a segurança dos colonos. Outro fato ocorrido após a assinatura do protocolo de Hebron foi quando a polícia palestina atirou, sem motivo, contra unidades das IDF, contra as polícias das fronteiras e contra civis israelenses, ficando perceptível a necessidade da negociação de um acordo referente às questões de segurança da cidade de Hebron com vistas a minimizar o conflito e a violências de ambos os lados (GRESH, 2002, 131).

Ademais, com relação aos aspectos de segurança, faz-se mister afirmar que a cidade de Hebron envolve aspectos peculiares e um deles é o fato de existirem moradores israelenses, o que causa mais preocupações por parte do governo de Israel, pois necessita manter a segurança dos civis residentes naquela cidade, uma das principais preocupações por parte do governo israelense.

Tendo mencionado estes aspectos peculiares do protocolo de Hebron, podemos afirmar que a violação do referido protocolo por ambas as partes ou ao atraso das negociações, assim como, difamou tanto a imagem de Netanyahu como de Arafat. Percebe-se que este foi um dos períodos de maior tensão com ambos os lados em conflitos e as negociações não avançando. Para piorar ainda mais a situação, em 1996, o Primeiro-Ministro Netanyahu desestimulou profundamente seu mandato ao prometer ao congresso de seu partido o seguinte:

“Podem sonhar todas as noites e quando acordar pela manhã seguirá vendo que não há Estado palestino (...) o máximo que alcançaram os palestinos no marco do processo da paz é uma autonomia limitada” (WHITBECK, 1998, p.31).

Passando para o outro marco do mandato de Netanyahu, lembramos do memorando de Wye River Plantation, cujo objetivo era voltado para o esclarecimento das responsabilidades entre ambas as partes no detalhamento da implementação do Acordo Interino da Cisjordânia e da Faixa de Gaza (Oslo II) de Setembro de 1995.

O acordo reafirma a reciprocidade e segurança que tinha sido assumida por Israel no passado e palestina nos acordos de Oslo I e II. É importante dizer que anexado ao Memorando está uma "linha do tempo" que esboça a implementação

dos empreendimentos mútuos de ambos os lados. Em conclusão de cada fase dos compromissos palestinos, Israel transferirá uma porcentagem específica de terra aos palestinos dentro do contexto da retirada das tropas como previsto em outros acordos.⁸²

Vale destacar, ainda sobre o memorando de Wye River, a colaboração americana às questões ligadas ao avanço da paz entre Israel e os palestinos. Várias cartas foram enviadas pelo governo americano ao Primeiro-Ministro Netanyahu reiterando o compromisso norte-americano em traçar negociações para o progresso da paz.⁸³

Um grande problema a ser suscitado foi o fato de que, em dezembro de 1998, Netanyahu interrompeu as retiradas de tropas das áreas acordadas, por causa da crise no governo israelense, especialmente porque as alas ultraconservadoras, representadas por partidos religiosos, como Shas e a União da Torah, que eram os partidos que mais apoiaram a candidatura de Netanyahu, não aceitavam a devolução dos territórios aos palestinos. O nacionalismo era muito forte entre os partidos religiosos e a retirada de colonos de territórios destinados aos palestinos era algo incogitável por parte destes partidos (HADAS, 1999, p.11).

Assim, podemos afirmar que o grande problema do governo Netanyahu foi que, nem o referido memorando, nem o protocolo de Hebron, foram obedecidos. O seu mandato sofreu duras críticas da comunidade internacional sendo caracterizado por conturbado e imaturo e as eleições foram antecipadas em dezessete meses por decisão do parlamento israelense. O processo de paz ficou completamente paralisado, mesmo com os acordos firmados pelo próprio Netanyahu, como visto anteriormente: protocolo de Hebron e o memorando de Wye River, não foram obedecidos por ambos os lados.

O povo israelense decidiu retirar Netanyahu da cadeira de Primeiro-Ministro porque chegaram à conclusão de que o país necessitava de um líder novo que pudesse superar as situações conflitantes e não aguçá-las mais ainda, até porque Netanyahu aumentou muito os conflitos em Israel ao invés de diminuir. “Netanyahu foi um governante errático que tentou trocar as regras do jogo político em Israel e

⁸² Israel Ministry of Foreign Affairs: Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace%20Process/Guide%20to%20the%20Peace%20Process/The%20Wye%20River%20Memorandum> Acesso em: 24/10/04.

tornou-se sua própria vítima” (HADAS, 1999, p.12), como já apresentado neste tópico.

Nessas condições, pode-se afirmar finalmente que o período marcado pelo mandato de Benjamin Netanyahu contribuiu muito pouco para o progresso da paz. As duas tentativas de avanço foram, como dito neste ponto, o protocolo de Hebron e o memorando de Wye River Plantation. Com o fim das eleições diretas para Primeiro-Ministro, que se mostrou ineficiente, a população mais uma vez insatisfeita com as negociações e com o terror constante, dá uma nova chance à ala esquerda e elege no dia 5 de janeiro de 1999, Ehud Barak, somando um total de 20,2%, contra 14,1% do candidato do Likud, cujo mandato será detalhado a seguir.

3.7 – O retorno dos trabalhistas, o fracasso de Camp David e a segunda intifada

Ehud Barak foi eleito com o lema “Israel quer mudança”, e como esperança para a resolução dos conflitos em Israel, esperança de que ele avançasse com as negociações de paz. Assim, a vitória de Barak criou expectativas em Israel e no exterior. Pois se acreditava que com Barak voltaria novamente a era de Rabin, que muito fez pela paz. O povo israelense acreditava que Barak era um negociador duro, mas que tentará restaurar a confiança entre ambas as partes, um negociador que concordará com a criação do Estado palestino, mas que primeiro tenha garantido a segurança de Israel. Segundo HADAS:

“[Barak] dará prioridade, (...), a reconstrução do processo de paz e a recuperação da posição internacional de seu país. Em primeiro lugar, retomará o diálogo estratégico com a administração Clinton e tentará restaurar a credibilidade de Israel e a confiança recíproca com os países vizinhos, especialmente com os palestinos.” (p.13).

Com isso, é importante dizer que não seria uma tarefa fácil, pois o cenário deixado por Netanyahu não era nada bom. As colônias israelenses estavam ampliadas em território palestino, bairros judaicos foram construídos na parte oriental

⁸³ Israel Ministry of Foreign Affairs: Disponível em: <<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace%20Process/Guide%20to%20the%20Peace%20Process/The%20Process>>

de Jerusalem, considerada dos palestinos, dentre outros fatores. Não era um cenário propício para Barak, os palestinos estavam completamente descontentes com o governo passado e as chances de uma melhora no governo de Barak ficavam remotas, mas existia a esperança.

O governo de Barak tinha a missão de estar centrado nas negociações para constituir um governo de coalizão que devia contar com o apoio de 61 dos 120 assentos do parlamento. Propôs encabeçar uma coalizão governamental, não se esquecendo que quanto maior a coalizão, maior serão os problemas de tomada de decisões do governo, pois deverá agrupar partidos com interesses conflitantes, isto é, quanto mais partidos abrigue o governo, mais complicado de governar é. Caso isso não fosse possível ele propôs incorporar os partidos mais próximos como em uma primeira fase e deixar as portas abertas para a entrada dos posteriores. Nessa situação vale lembrar de seu discurso de posse: “de uma maneira ou de outra, estamos todos na mesma nave e serei o Primeiro-Ministro de todos os israelenses, não somente de uma parte”(HADAS, 1999, p.14).

Percebe-se com isso que a partir deste momento surge a necessidade do governo unir todos os partidos, liberais, moderados, seculares, religiosos, até os extremistas, a fim de formar um governo representativo em que participem o maior numero possível de forças políticas. Porém, por parte dos palestinos esta idéia de formar um governo de coalizão com partidos extremistas e religiosos não era visto com bons olhos, principalmente porque muitos deles formaram parte do governo de Netanyahu e contribuíram para o fim do processo de paz.

Tendo mencionado a necessidade do retorno do mandato trabalhista em Israel, faz-se necessário, igualmente, descrever as prioridades que o governo de Barak teria de abordar, a saber: acordo final com os palestinos, fim da ocupação no sul do Líbano e a retirada militar da Cisjordânia prevista no memorando de Wye River (HADAS, 1999, p.13).

Como dito, os palestinos não estavam acreditando nas futuras negociações, nem no novo governo de Barak. Especialmente porque Barak tratou primeiramente de negociar com a Síria, no que tangia as questões das Colinas do Golã, bem como com a retirada das IDF do Líbano. Ocorreu que as questões que envolviam a retirada das referidas forças da Cisjordânia, prevista no acordo de Wye River, não

havia começado, o que causou estranheza por parte das autoridades palestinas (HADAS, 1999, p.16).

Em 2000, são retomadas as negociações com os palestinos. Ehud Barak convence a administração Clinton a propor uma nova reunião para decidir o futuro da região. Arafat, desconfiado e quase convencido de que uma solução para o conflito seria impossível, aceita o convite e ambas as partes encontram-se em Camp David, em julho do referido ano. As negociações girariam em torno das questões referentes ao status final da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Este era o momento mais esperado do mandato de Barak, a comunidade internacional estava ansiosa para ver as negociações sobre o destino de 3,7 milhões de refugiados palestinos, os colonos e assentamentos israelenses, a questão de Jerusalém e o traçado das fronteiras (GRESH, 2002, p.132).

Foi durante este encontro que Barak fez a maior proposta já conhecida pelo lado israelense. Ele propôs soberania sobre toda a faixa de Gaza e 90% da Cisjordânia, isto 10% da Cisjordânia ficaria sobre controle israelense devido aos colonos estabelecidos na parte leste, onde estão as fontes d'água, porém Arafat recusa, pelo fato de não estarem previsto a entrega de Jerusalém Oriental – que os palestinos querem transformar na futura capital de seu Estado -, nem o retorno dos refugiados.

Mesmo assim, Arafat reivindicava os 10% da Cisjordânia que havia ficado sobre tutela israelense, pois estes 10% diz respeito às maiores reservas d'água da região, o que é cobiçado para ambos os lados. Em contrapartida, os partidos conservadores e religiosos reivindicavam as excessivas concessões sugeridas por Barak (GRESH, 2002, p. 133).

Percebe-se que a paz estava longe de ser instaurada. Era uma boa proposta feita por Barak, a maior de todas elas. Porém era esperado muito mais pelo lado de Arafat, uma vez que as propostas feitas por Barak já eram previstas. O grande problema foi que Arafat agiu com intransigência, poderia ter aceitado a proposta, que daria maior autonomia ao povo palestino e propor outras pautas para discussão. Os entraves impediram que os progressos continuassem, aumentando de ambos os lados as tensões. Teria sido vantajoso se Arafat tivesse aceitado os 90% de autonomia da Cisjordânia a princípio e o controle total de Gaza do que simplesmente desistir de negociar, sem dúvida os palestinos estariam com grande parte de

autonomia da região, quase por completo, deixando outras questões para um futuro acordo.

Com isso, os palestinos tornam-se totalmente descrentes em uma possível paz, especialmente porque faz 7 anos dos prazos para retirada dos acordos de Oslo, tanto as tropas como as colônias israelenses continuam em território palestino, gerando mais ataques e mais problemas para ambos os lados. A situação piora ainda mais quando Ariel Sharon, novo líder do Likud impõe-se na Esplanada das Mesquitas em Jerusalém de forma provocatória e a segunda intifada estoura, contribuindo para os mais novos ataques.

Em setembro de 2000, Arafat passa a mostrar seu lado autoritário, a segunda intifada contribuiu para isso, pois se demonstrou que Arafat escondia seu jogo duro e seu verdadeiro objetivo: “o desígnio secreto de destruir o Estado de Israel” (GRESH, 2002, p.135). A corrupção na política palestina agrava ainda mais o cenário e as negociações paralisam novamente em definitivo. A população de ambos os lados estava mais uma vez insatisfeita com o possível futuro que teria o Estado de Israel e a criação de um Estado palestino.

O medo por parte dos palestinos de Ariel Sharon vir a ganhar as eleições pelo fato do cenário político de Israel estar mudando mais uma vez tornou-se freqüente e assim foi feito. Em 6 de fevereiro de 2001, Ariel Sharon vence as eleições e torna-se Primeiro-Ministro de Israel. Ele que tinha um currículo bem sangrento, passaria a tomar conta do futuro das negociações de paz com os palestinos, bem como do futuro do Estado de Israel⁸⁴.

Sendo assim, percebemos mais uma vez que os fatores internos determinam a conduta da política externa, tanto é que quando Sharon vence as eleições não só os palestinos ficam com mais medo, mas a comunidade internacional se assusta, pois com o histórico de Sharon não sabiam o que esperar. Henry Kissinger afirma que “Israel não tem política exterior, somente tem uma política interior” (BEN-AMI, 1997, p.89).

Na verdade podemos dizer que a política exterior é condicionada pelos acontecimentos políticos internos, ou seja, no caso de Israel, como já dito, a política externa é condicionada pelo jogo interno de poder, articulado pelos partidos políticos. Assim, toda vez que as tensões aumentam ou diminuem, a população volta

⁸⁴ The Knesset-The Israeli Parliament. Disponível em:
<http://www.knesset.gov.il/history/eng/eng_hist15_s.htm.> Acesso em: 18/10/04.

suas atenções para um partido linha dura como o Likud, por exemplo, ou elegem um partido mais pacífico, como o trabalhista, respectivamente.

Vale dizer finalmente que o cenário israelense após o mandato de Barak toma um novo rumo, as tensões aumentam novamente, como já mencionado, e Ariel Sharon passa a formar um novo governo. O mais interessante é que Shimon Peres volta ao poder e torna-se Ministro das Relações Exteriores no mandato de Sharon.

3.8 – Considerações finais: O ano 2000 e as novas diretrizes da política israelense

Apesar deste trabalho ter como escopo as décadas de 80 e 90, é necessário abordar, ainda, neste tópico, as questões referentes aos acontecimentos do governo de Sharon, iniciado no dia 7 de março de 2001, bem como o destino das relações líbano-israelense, a fim de demonstrar as novas diretrizes da política de Israel, bem como os caminhos tomados pelo governo com relação ao processo de paz.

Como se sabe, o primeiro mandato de Sharon é marcado pelo fim das negociações e o aumento do terrorismo, bem como pelas incursões de Israel nas cidades de autonomia palestina. Como já era previsto, Sharon não mediu esforços para retalhar qualquer tipo de ataque que Israel sofresse dos palestinos. Resta dizer, ainda, que Sharon estava insatisfeito com o aumento progressivo de ataques terroristas e carros bombas, a população estava assustada e com estes agravantes resolve construir o que seu governo chamou de barreira de segurança, isto é, um muro que divide Israel e a Cisjordânia, a fim de evitar que os ataques terroristas se tornem freqüentes.

Segundo dados da página eletrônica oficial da Embaixada de Israel em Washington, esta barreira criada por Sharon diminuiu consideravelmente o número de ataques terroristas. Pode-se dizer que a barreira foi uma das maneiras encontradas para conter os contínuos e progressivos ataques que Israel sofria, mas ao mesmo tempo prejudicava os palestinos de chegarem em seu trabalho e até mesmo visitar parentes residentes do outro lado da barreira, na faixa de Gaza.⁸⁵

⁸⁵ Embaixada de Israel em Washington. Disponível em: <http://www.embassyofisrael.org/articles/2003/August/2003082600.htm>. Acesso em 18/10/04.

É necessário abordar o aspecto da barreira de segurança pelo fato de ter sido uma das maiores realizações do mandato de Sharon, quer seja boa ou não. Assim, em julho de 2002, devido as ondas de homens bombas sem precedente, e seguindo um mês de 37 ataques terroristas resultando no assassinato de 135 pessoas, e 721 feridos, em ônibus, shoppings e restaurantes, Israel decide construir a barreira de segurança temporária como uma medida não-violenta de prevenir o acesso de palestinos homens-bomba em cidades e municípios israelense.⁸⁶

O governo de Israel afirmou que a barreira de segurança é eficiente e tem apresentado ótimos resultados ao longo dos últimos meses⁸⁷, pois melhora a capacidade das Forças de Defesa de Israel (IDF) a prevenir a infiltração de terroristas palestinos⁸⁸.

Contudo, do ponto de vista acadêmico, não podemos afirmar que a barreira foi benéfica para ambos os lados. Se por um lado os ataques terroristas diminuíram significativamente, por outro as dificuldades palestinas aumentaram. A barreira segregou as duas populações e dificulta a abertura para novas negociações para o progresso da paz.

A barreira passou a atingir a vida social do povo palestino, deixou de ser somente uma proteção, no que dizia respeito a segurança, e passou a ser um empecilho para os cidadãos que necessitam de cruzar diariamente a barreira, aumentando o desemprego, bem como a diminuição da qualidade de vida.

Outro fato importante sobre a referida barreira é a questão humanitária das vidas palestinas, pois com sua construção parte do território pertencente à Cisjordânia foi incorporado e invadido pela mesma, ou seja, parte do futuro Estado palestino está sendo invadido pela barreira de Sharon o que causa grande revolta.

Sobre este fato, o governo israelense afirma que:

“Israel reconhece a necessidade de encontrar um equilíbrio apropriado entre a necessidade imperativa de prevenir o terrorismo e defender seus cidadãos, e as necessidades humanitárias dos palestinos. A maioria dos palestinos está do lado oriental da cerca. Eles não serão privados dos centros comerciais e urbanos. Nenhum

⁸⁶ Israel Ministry of Foreign Affairs. Disponível em: <http://securityfence.mfa.gov.il/mfm/web/main/document.asp?DocumentID=49708&MissionID=45187>> Acesso em 18/10/04.

⁸⁷ Embaixada de Israel em Madri. Disponível em: <http://www.embajada-israel.es/politica/VallaEsp-05.ppt>.> Acesso em: 18/10/04.

⁸⁸ Embaixada de Israel em Madri. Disponível em:

palestino terá que se mudar. Israel fará todo esforço para evitar causar sofrimento e interferência nas vidas palestinas. Dúzias de travessias foram fixas para habilitar o movimento das pessoas e bens. A cerca de segurança fica situada (...) em terras novas para evitar prejudicar a agricultura. Os fazendeiros palestinos terão acesso aos campos deles e terão portões especiais que estão sendo construídos na cerca. Árvores afetadas pela construção serão replantadas”.⁸⁹

Com isso percebe-se que a idéia da barreira funcionou para a contenção dos ataques terroristas e dos homens-bombas, por outro, isolou e prejudicou centenas de famílias palestinas que têm de cruzar a barreira para trabalhar, ocasionando atraso e cansaço que sentem antes mesmo de chegar ao trabalho.

Com relação ao destino das relações líbano-israelenses é necessário dizer que em 5 de março de 2000, o governo israelense aprovou a resolução para a retirada das Forças de Defesa de Israel do sul do Líbano, sendo completada em 24 de maio do mesmo ano, como previsto na resolução 425 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e no acordos celebrados entre Israel e Líbano⁹⁰.

Nessas circunstâncias, pode-se dizer que entre os anos de 1993 e 2000 diversos acordos foram assinados, como apresentado ao longo deste capítulo, contudo, poucos foram aqueles que foram cumpridos, na realidade, foram fragmentos dos principais acordos que foram, à medida que satisfazia as partes, sendo aplicados. Vale dizer que até o ano de 2003 as questões referentes à libertação dos presos políticos palestinos, a criação de um porto em Gaza, a passagem segura para a Cisjordânia e Gaza, a retirada das tropas israelenses de territórios ocupados, os assentamentos israelenses em território palestino e a mais importante de todas que é o estabelecimento de um Estado palestino, não foram concluídas, postergando ao longo dos anos a possibilidade da efetivação de uma paz duradoura no Oriente Médio.

Em outubro de 2004, o Primeiro-Ministro Ariel Sharon pareceu modificar sua postura e deu início ao processo de retirada das colônias nos assentamentos

<<http://www.embajada-israel.es/politica/VallaEsp-05.ppt>>. Acesso em: 18/10/04.

⁸⁹ Israel Ministry of Foreign Affairs. Disponível em:

<<http://securityfence.mfa.gov.il/mfm/web/main/document.asp?SubjectID=45227&MissionID=45187&LanguageID=0&StatusID=0&DocumentID=-1>>. Acesso em: 24/10/04.

⁹⁰ Israel Ministry of Foreign Affairs. Disponível em:

<<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace%20Process/Guide%20to%20the%20Peace%20Process/Israel-Lebanon%20Negotiations>>. Acesso em: 18/10/04.

israelenses em Gaza e na Cisjordânia, o que gerou manifestações e descontentamento entre os ultranacionalistas e judeus ortodoxos, bem como suas respectivas representações no *Knesset*, a revolta foi tão grande que muitos ministros do mandato de Sharon pediram demissão, como o Ministro das Finanças, Benyamin Netanyahu, mostrando que são totalmente contra a retirada das colônias.

A nova postura assumida por Sharon nos faz remontar ao período de Rabin e nos faz afirmar que caso Rabin estivesse vivo durante o ano de 2004 estaria unido à Sharon por meio de uma aliança partidária, renegando o passado, no qual ambos eram inimigos.

Nessas condições, vimos que os partidos políticos israelenses tiveram importante participação no processo de paz e na tomada de decisão das diretrizes da política externa de Israel, porém, diversos fatores influenciaram os partidos a se aterem a determinadas questões como a posição dos países árabes, da Europa, dentre outros. Fatores sobre os quais os atores internos não têm controle absoluto, como visto anteriormente.

Conclusão

Verificamos ao longo desta pesquisa o perfil partidário e a influência dos principais partidos israelenses no conflito do Oriente Médio, bem como nas negociações para o progresso da paz. Percebeu-se que, no caso de Israel, a disputa interna de poder condiciona a política externa.

Sobre isso, vale dizer que questões chaves como o nacionalismo e o fundamentalismo religiosos não poderiam ficar afastados da discussão, pois eles são, na maioria das vezes, responsáveis pelos impasses nas negociações para a paz. É perceptível o forte nacionalismo de ambos os lados, seja ele palestino ou israelense. Os dois povos, desde os primórdios, sempre estiveram envolvidos em disputas territoriais e questões sociais.

Os principais obstáculos à paz são perpetuados pelos referidos fundamentalistas, não importando se são muçulmanos ou judeus. Pode-se citar, assim, o atentado praticado por Baruch Goldstein que, no dia 25 de fevereiro de 1994, fuzilou por volta de 50 palestinos, na caverna dos patriarcas, na cidade de Hebron, que é aplaudido e reverenciado como um mártir pela extrema direita de Israel. Do outro lado verificamos o Hamas que saúda uma jovem que explodiu um ônibus em Jerusalém, em 25 de agosto de 1995, deixando 5 judeus mortos e 107 feridos.

Outro ponto fundamental abordado na pesquisa foi o conceito de democracia, tendo em vista que “Israel é a única democracia no Oriente Médio em funcionamento” (ARAÚJO, 2004, p.165). Assim, pode-se demonstrar que além de partidos judaicos, o parlamento israelense é composto por partidos árabes e partidos laicos garantindo representação dos interesses de diversas comunidades presentes em Israel.

Vale lembrar que foi destacado, igualmente, nesta pesquisa, a importância da conceituação do processo decisório, que apresenta a característica única da política israelense pelo fato do jogo de interesse interno condicionar as decisões externas, bem como o conceito de comunidade, que foi de grande utilidade para entender como as associações e entidades de cúpulas também participam do processo decisório da democracia israelense, por meio do debate e das discussões, com vistas a se posicionar, seja na sociedade israelense ou na sociedade palestina.

Contudo, se constatou que os mandatos do partido trabalhista resultaram em políticas externas mais abertas ao processo de paz, e as do Likud, juntamente com alianças realizadas com partidos religiosos, em políticas mais fechadas.

Durante o período estudado percebeu-se que à medida que as tensões aumentavam entre palestinos e israelenses a população de ambos os lados procuraram eleger um partido “linha dura”, no caso, o Likud. Por outro lado, quando os conflitos se arrefecem, a população elege um partido conciliador, onde as negociações para a paz e as alianças com os partidos árabes e a comunidade palestina são prioridade do seu programa de governo.

Assim, acreditamos ser possível afirmar que este estudo contribuiu para o entendimento de uma das diversas facetas do complexo conflito israelo-palestino no Oriente Médio, um dos mais controversos tópicos do debate acadêmico atual. Ainda, uma futura extensão e aprofundamento destes nossos estudos poderão, igualmente, estender e aprofundar as conclusões que podemos retirar desta pesquisa.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Evilásio J. *Terrorismo Internacional: Fundamentalismo religioso e globalização*. Brasília: Livraria Herança Judaica Editora, 2004.
- BADI, Joseph. *The Government of The State of Israel: A critical Account of Its Parliament, Executive, and Judiciary*. New York: Twayne Publishers, 1963.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BEN-AMI, Shlomo. *La era Netanyahu y el proceso de paz, em: Revista Política Exterior*. Madrid: 1997.
- BEN-HAIM, Ruth. *Facts about Israel 2003*. Jerusalém: Ahva Press, 2003.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CRICK, Bernard. *Em defesa da política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- DUPAS, Gilberto, VIGEVANI, Tullo. (Org.) *Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.
- DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.
- GRESH, Alain. *Israel, Palestina: verdades sobre um conflito*. Porto: Editora Campo das Letras, 2002.
- HADAS, Shmuel. *Israel: un voto de esperanza, el fin del revanchismo, em: Revista Política Exterior*. Madrid, 1999.
- HIRSH, Ellen. *Realidades de Israel 1999*. Jerusalém: Ahva Press, 1999.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KRAINES, Oscar. *Government and Politics in Israel*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1961.
- LINDBLOM, Charles E. *O processo de decisão política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- MAGNOLI, Demétrio. *Manual do candidato: questões internacionais contemporâneas*. Brasília: FUNAG, 2000.

NEUBERGER, Benyamin. *O sionismo*. Jerusalém: Ahva, 1995.

PINSKY, Jaime. *Origens do nacionalismo judaico*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

SARTORI, Giovanni. *Engenharia constitucional: como mudam as constituições*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

SCHEINDLIN, Raymond P. *História ilustrada do povo judeu*. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2003.

VILELA, Mauriney Eduardo. *Irmãos-Inimigos: judeus e palestino lutam por Jerusalém*. São Paulo: I Editora, 2002.

VIOTTI, Paul R. e KAUPPI, Mark V. *International relations theory*. New York: Mac Millan, 1993

WALTZ, Kenneth. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

WHITBECK, John V. *El Estado palestino existe, em: Revista de Política Exterior*. Madri, 1998.

Artigos e Sites

Embaixada de Israel em Madri. *Protocolo de Hebron en el contexto del proceso de paz*. Disponível em: <<http://www.embajada-israel.es/embajada/t-f-6-6.html>>. Acesso em: 18/10/04.

Embaixada de Israel em Washington. *Israel's ambassador defends security fence*. Disponível em: <http://www.embassyofisrael.org/articles/2003/August/2003082600.htm>. Acesso em 18/10/04.

Embaixada de Israel em Madri. *Efectividad de la Valla*. Disponível em: <<http://www.embajada-israel.es/politica/VallaEsp-05.ppt>>. Acesso em: 18/10/04.

European Institute for Research on Mediterranean and Euro-Arab Cooperation. *Introduction*. Disponível em: <<http://www.medea.be/?page=0&lang=en&idx=0&doc=125>>; Acesso em 16 de junho de 2004 e Disponível em: <<http://web.idirect.com/~cic/publications/democracyInAction/chapterTwo.html>>. Acesso em: 24 de julho de 2004.

ISRAEL. The Knesset-The Israeli Parliament. *Factional and Government Make-Up of the Sixteenth Knesset* Disponível em:
<http://www.knesset.gov.il/history/eng/eng_hist16_s.htm> Acesso em: 30 de setembro de 2004.

_____. The Knesset-The Israeli Parliament. *Introduction*. Disponível em:
<http://www.knesset.gov.il/description/eng/eng_mimshal_beh.htm>. Acesso em: 07 de janeiro de 2004.

_____. The Knesset – The Israeli Parliament. *Factional and Government Make-Up of the Eleventh Knesset*. Disponível em:

<http://www.knesset.gov.il/history/eng/eng_hist11.htm>. Acesso em: 26 de junho de 2004.

_____. The Knesset-The Israeli Parliament. *Factional and Government Make-Up of the Thirteenth Knesset*. Disponível em:

<http://www.knesset.gov.il/history/eng/eng_hist13.htm>. Acesso em: 26 de junho de 2004.

_____. The Knesset-The Israeli Parliament. *Factional and Government Make-Up of the Fourteenth Knesset*. Disponível em:

<http://www.knesset.gov.il/history/eng/eng_hist14.htm>. Acesso em: 26 de junho de 2004.

_____. The Knesset-The Israeli Parliament. *Factional and Government Make-Up of the Fifteenth Knesset*. Disponível em:

<http://www.knesset.gov.il/history/eng/eng_hist15.htm>. Acesso em: 26 de junho de 2004.

_____. Israel Association for Ethiopian Jews. *Introduction*. Disponível em:

<http://www.iaej.co.il/pages/history_operation_moses.htm> Acesso em: 20 de junho de 2004.

_____. Israeli Ministry of Foreign Affairs. *El marco de la Conferencia de Madrid*. Disponível em:

<http://www.mfa.gov.il/MFAES/MFAArchive/1990_1999/1999/10/EI%20Marco%20de%20la%20Conferencia%20de%20Madrid> Acesso em: 18/10/04.

_____. Israel Ministry of Foreign Affairs. *Israel-Syria Negotiations* Disponível em:

<<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace%20Process/Guide%20to%20the%20Peace%20Process/Israel-Syria%20Negotiations>>. Acesso em 18/10/04.

_____. Israel Ministry of Foreign Affairs. *Israel-Lebanon Negotiations*. Disponível em:

<<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace%20Process/Guide%20to%20the%20Peace%20Process/Israel-Lebanon%20Negotiations>>. Acesso em: 18/10/04.

_____. Israel Ministry of Foreign Affairs. *Israel-Palestinian Negotiations*. Disponível em:

<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace%20Process/Guide%20to%20the%20Peace%20Process/Israel-Palestinian%20Negotiations>. Acesso em: 18/10/04.

_____.Israel Ministry of Foreign Affairs. *Israel-Jordan Negotiations*. Disponível em:

<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace%20Process/Guide%20to%20the%20Peace%20Process/Israel-Jordan%20Negotiations>. Acesso em: 18/10/04.

_____.Israel Ministry of Foreign Affairs. *The Wye River Memorandum*. Disponível em:

<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace%20Process/Guide%20to%20the%20Peace%20Process/The%20Wye%20River%20Memorandum>> Acesso em: 24/10/04.

_____.Israel Ministry of Foreign Affairs. *The Security Fence*. Disponível em:

<http://securityfence.mfa.gov.il/mfm/web/main/document.asp?DocumentID=49708&MissionID=45187>> Acesso em 18/10/04.

_____.Israel Ministry of Foreign Affairs. *The Anti - Terrorist Fence*. Disponível em: <http://securityfence.mfa.gov.il/mfm/web/main/document.asp?SubjectID=45227&MissionID=45187&LanguageID=0&StatusID=0&DocumentID=-1>>. Acesso em: 24/10/04.

RAHAT, Gideon. *“Is the Israeli Government Too Representative?”*. Disponível em: <http://www.hooverdigest.org/022/rahat.html>.> Acesso em 10 de agosto de 2004.

TASGAL, Gabriel Ben. Israel: *Uma democracia no Oriente Médio*. Disponível em <http://www.jafi.org.il/education/spanish/entrelneas/actividad04.html>>. Acesso em: 17/09/04.

TASGAL, Gabriel Ben. Israel: *Uma democracia no Oriente Médio*. Disponível em <http://www.jafi.org.il/education/spanish/entrelneas/actividad04.html>>. Acesso em: 17/09/04.

The Jewish Virtual Library. *Arab Democratic Party*. Disponível em:

<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Politics/adp.html>>. Acesso em: 12 de setembro de 2004.

The Jewish Virtual Library. *Ariel Sharon*. Disponível em:

<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/biography/sharon.html>.> Acesso em: 06 de agosto de 2004.

The Virtual Jewish Library. *Itzhak Shamir*. Disponível em:

<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/biography/shamir.html>.> Acesso em: 30 de julho de 2004.

Jewish Virtual Library. *Likud Party*. Disponível em

<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Politics/LikudParty.html>>. Acesso em 13 de julho de 2004.

The Jewish Agency for Israel. *Party Platforms*. Disponível em:

<http://www.jafi.org.il/education/actual/elections/2003/platforms.html>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2004.

United Nations. *Official Documents System of the United Nations*. Disponível em:<<http://ods-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/000/92/IMG/NR000092.pdf?OpenElement>> Acesso em : 24/10/04.

YEHOSHUA, Abraham B. *Identidade Nacional em Israel*. Revista Espaço Acadêmico. Nº 38, de julho de 2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/038/38ip_yehoshua.htm>. Acesso em: 01/09/04.

Anexos

Anexo I – Mapa do plano de partilha das Nações Unidas de 1947.

Anexo II – Mapa da Judéia e Samaria.

Anexo III – Mapa das Colinas do Golã.

Anexo IV – Mapa do Tratado de paz com o Egito e a devolução do Sinai.

Anexo V – Resolução da ONU nº 3379, de 10 de novembro de 1975, referente à eliminação de todas as formas de discriminação racial.

United Nations General Assembly Resolution 3379 (XXX) Elimination of All Forms of Racial Discrimination

THE GENERAL ASSEMBLY,

RECALLING its resolution 1904 (XVIII) of 20 November 1963, proclaiming the United Nations Declaration on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination, and in particular its affirmation that "any doctrine of racial differentiation or superiority is scientifically false, morally condemnable, socially unjust and dangerous" and its expression of alarm at "the manifestations of racial discrimination still in evidence in some areas in the world, some of which are imposed by certain Governments by means of legislative, administrative or other measures",

RECALLING ALSO that, in its resolution 3151 G (XXVIII) of 14 December 1953, the General Assembly condemned, inter alia, the unholy alliance between South African racism and Zionism,

TAKING NOTE of the Declaration of Mexico on the Equality of Women and Their Contribution to Development and Peace 1975, proclaimed by the World Conference of the International Women's Year, held at Mexico City from 19 June to 2 July 1975, which promulgated the principle that "international co-operation and peace require the achievement of national liberation and independence, the elimination of colonialism and neo-colonialism, foreign occupation, Zionism, apartheid and racial discrimination in all its forms, as well as the recognition of the dignity of peoples and their right to self-determination",

TAKING NOTE ALSO of resolution 77 (XII) adopted by the Assembly of Heads of State and Government of the Organization of African Unity at its twelfth ordinary session, held at Kampala from 28 July to 1 August 1975, which considered "that the racist regime in occupied Palestine and the racist regime in Zimbabwe and South Africa have a common imperialist origin, forming a whole and having the same racist structure and being organically linked in their policy aimed at repression of the dignity and integrity of the human being",

TAKING NOTE ALSO of the Political Declaration and Strategy to Strengthen International Peace and Security and to Intensify Solidarity and Mutual Assistance among Non-Aligned Countries, adopted at the Conference of Ministers for Foreign Affairs of Non-Aligned Countries held at Lima from 25 to 30 August 1975, which most severely condemned Zionism as a threat to world peace and security and called upon all countries to oppose this racist and imperialist ideology,

DETERMINES that Zionism is a form of racism and racial discrimination.

2400th plenary meeting
10 November 1975

Fonte:

<http://www.mfa.gov.il/MFA/Foreign%20Relations/Israel%20and%20the%20UN/Selected%20resolutions/UNITED%20NATIONS%20GENERAL%20ASSEMBLY%20RESOLUTION%203379%20-X>. Acesso em: 23/11/04